

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
THIAGO MARTINS MENEGUSSO

**UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**

CURITIBA
2014

THIAGO MARTINS MENEGUSSO

**UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à disciplina Trabalho de Fim de
Curso, como requisito para conclusão do curso de
Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas.

Orientador: Junior Ruiz Garcia

**CURITIBA
2014**

TERMO DE APROVAÇÃO

THIAGO MARTINS MENEGUSSO

UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

Monografia aprovada como requisito para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Dr. Jose Wladimir Freitas da Fonseca
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Prof. Msc. Adilson Antonio Volpi
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 28 de novembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades.

A Universidade Federal do Paraná, pelo ambiente criativo, interessante e diversificado.

Ao meu orientador Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia, pela paciência, suporte e incentivo na elaboração deste trabalho.

Aos professores Dr. Jose Wladimir Freitas da Fonseca e Msc. Adilson Antonio Volpi, pela disponibilidade e contribuição, tanto durante o curso, quanto na avaliação deste trabalho.

À minha namorada, companheira e amiga de todos esses anos, Mariane Fecci Jastale, pelo carinho, apoio, incentivo e auxílio, não somente neste trabalho, mas durante toda a graduação.

Aos meus pais pelo amor e carinho, que mesmo à distância, foram presentes no contínuo caminho de minha formação acadêmica, pessoal e profissional.

Aos meus padrinhos, pelo amor e dedicação, inclusive quando morei em sua casa, proporcionando um ambiente favorável para minha formação.

Ao meu primo Felipe Augusto Tkac, pelas conversas e discussões acadêmicas e políticas.

A Elizabeth Rozi Remer Gil (Tia Bete), pela ajuda e interesse na obtenção de dados para esta pesquisa junto à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

A Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, por dispor das informações necessárias.

Ao Centro Acadêmico de Ciências Econômicas pelos três anos de aprendizado.

A todos professores do Departamento de Ciências Econômicas por todo conhecimento oferecido.

A meus amigos e familiares que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O município de Pontal do Paraná, situado no litoral paranaense, é um município relativamente novo, instalado em 1997, mas que apresentou, devido a fatores exógenos, rápida ocupação no seu território, propiciando por conseguinte o seu desenvolvimento econômico. Com vistas a entender tal fenômeno, este trabalho realizou levantamento bibliográfico com base nas principais teorias de desenvolvimento econômico regional, dividindo-as entre fatores exógenos e endógenos, que foram aplicados ao município de Pontal do Paraná, com a finalidade identificar os aspectos relevantes para o desenvolvimento econômico e social do município. Constatou-se que já apresentou atividades industriais relevantes antes de sua emancipação, mas que recentemente, tem sua economia baseada no turismo. Aspectos endógenos fortalecem essa característica, tais como grande extensão de praias, acesso para a Ilha do Mel (local muito procurado por turistas), distância relativamente pequena de Curitiba, capital do estado do Paraná. Essas particularidades conferiram naturalmente ao município um desenvolvimento econômico e social baseado no turismo, com maior impacto visto nos setores de Comércio e Serviços.

Palavras-chave: Pontal do Paraná. Desenvolvimento econômico regional. Fatores endógenos e exógenos.

ABSTRACT

Pontal do Paraná is a municipality located on the coast of Paraná State, relatively young, installed in 1997. But has shown a fast occupation in its territory, due to exogenous circumstances, what made it possible its economic development. With the purpose of understanding this phenomenon, this project has realized a bibliographic research based on the main regional economic development theories. They were divided by endogenous and exogenous factors that were applied to Pontal do Paraná aiming at identifying the significant aspects for the social and economic development of the municipality. It was found that Pontal do Paraná has already had significant industrial activities before its emancipation, but recently, has its economy based on tourism. Endogenous aspects strengthen this feature like large extensions of beaches, the access to Ilha do Mel (an island highly sought after by tourists) and the proximity to Curitiba, the Paraná State's Capital. These particularities have given naturally to the municipality a social and economic development based on tourism, with a greater impact on the trade and services sectors.

Key words: Pontal do Paraná. Regional economic development. Endogenous and exogenous factors.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	OS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	8
2.1	MODELOS EXÓGENOS	8
2.2	MODELOS ENDÓGENOS	13
3	TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DE PONTAL DO PARANÁ	23
3.1	GEOGRAFIA E DEMOGRAFIA	23
3.2	ASPECTOS HISTÓRICOS	29
3.3	UM PANORAMA SOCIOECONÔMICO	32
4	ANÁLISE DOS ELEMENTOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO DE PONTAL DO PARANÁ	41
4.1	FATORES EXÓGENOS	41
4.2	FATORES ENDÓGENOS	47
	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

O município de Pontal do Paraná tem uma idade bastante nova se comparado aos demais municípios do litoral paranaense. Sua trajetória como município data de meados dos anos 1990, com sua instalação ocorrendo em janeiro de 1997 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2014). Sua história porém, vem de períodos muito menos recentes. O marco da ocupação do território que hoje abriga o município remete aos anos 1950, com a conclusão da Rodovia das Praias (Rodovia PR 407), que ligou a Rodovia BR 277 (Ligação entre Curitiba-Paranaguá) ao balneário de Praia de Leste (PDDI, 2004).

Desta data para cá foram diversos os elementos que contribuíram para o desenvolvimento do atual território até a sua emancipação como município. Após isso, inclusive, esses continuaram e continuam impulsionando o desenvolvimento econômico e social, não somente de Pontal do Paraná, mas de toda a região litorânea. Aspectos estes muito específicos da região, tais como a disponibilidade de grandes extensões de praias com boa balneabilidade, acessos facilitados e distância atrativa até a capital do estado, Curitiba (Prefeitura Municipal de Pontal Do Paraná, 2014).

Desde sua emancipação o município de Pontal do Paraná tem passado por mudanças econômicas que o levaram ao estágio de desenvolvimento encontrado atualmente. É tido que o município tem sua economia baseada principalmente no turismo, principalmente por ser um município litorâneo e com características endógenas favorecedoras. O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) menor que o estadual, porém com uma evolução rápida, trazendo seu desenvolvimento para próximo do estadual (IPARDES, 2014).

Desta forma, para a compreensão que como Pontal do Paraná se desenvolveu, faz-se necessário identificar os elementos determinantes do seu desenvolvimento econômico, principalmente no período compreendido entre sua instalação e os dados mais recentes de Produto Interno Bruto disponibilizados, mas não se limitando a este período. Para isso, o objetivo geral foi identificar e analisar os elementos que determinaram o desenvolvimento econômico municipal, e mais especificamente, levantar os elementos teóricos determinantes do desenvolvimento regional, apresentar a trajetória de desenvolvimento do município, e identificar os

principais elementos indutores do desenvolvimento econômico do município de Pontal de Paraná no período.

Para esta análise, o trabalho é dividido em três seções. A primeira contempla a síntese das principais teorias de desenvolvimento regional, divididas em teorias com foco nos elementos exógenos ao desenvolvimento regional e elementos endógenos à decisão regional. Esta seção tem como foco a definição de quais elementos devem ser analisados para amparar a análise do desenvolvimento de Pontal do Paraná. A segunda seção traz a definição do perfil do município, sendo apresentados dados geográficos e demográficos do mesmo, além de a exposição de um panorama histórico e da evolução socioeconômica do município, possibilitando assim um entendimento das principais características da região a ser analisada e apresentando os dados para a análise dos elementos indutores de seu desenvolvimento. A última seção apresenta a análise dos dados sociais e econômicos para a definição de quais elementos foram mais preponderantes para o atual estágio de desenvolvimento econômico e social. Por fim, segue-se com as considerações finais do trabalho e as principais conclusões apresentadas durante a análise do desenvolvimento do município.

2 OS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O entendimento de como uma região se desenvolveu é fato muito relevante para que se busquem formas mais adequadas para promover desenvolvimento regional. Para tal, a busca pelos determinantes que levam uma região ao desenvolvimento é ponto inicial de análise desta seção. São diversas as teorias que tratam do estudo do desenvolvimento econômico regional, tais como a Teoria dos Polos de Crescimento (Perroux, 1955) ou a Teoria da Base de Exportação (North, 1977). Para que se consiga identificar os elementos que podem explicar a trajetória de desenvolvimento de uma região, como o município com as características de Pontal do Paraná, são apresentadas nesta seção algumas propostas teóricas a respeito dos elementos geradores de desenvolvimento econômico.

Essa seção apresenta as teorias em dois grandes grupos. O primeiro centra-se nas teorias que possuem como foco a interpretação do crescimento econômico por modelos em que os fatores determinantes sejam advindos de decisões externas à região. Seguir-se-á então para a apresentação de modelos que consideram aspectos endógenos para explicar o desenvolvimento regional, sendo estes originários fundamentalmente de elementos internos à região.

2.1 MODELOS EXÓGENOS

Quando se depara com a necessidade de análise do desenvolvimento de uma dada região, pode-se avaliá-la com base em fatores endógenos, isto é, quando o desenvolvimento depende de elementos inerentes à própria região, ou por base em fatores exógenos à região, advindos de decisões que a região não pode influenciar. É com base nessa segunda forma de análise que a Teoria da Base Econômica Regional foi desenvolvida. Neste modelo o interesse principal é a avaliação dos impactos dos fluxos de produtos e serviços entre uma dada região e as demais regiões nacionais (Schickler, 1971). Desta forma, o modelo busca entender o desenvolvimento regional com base na exportação determinados bens e serviços e o impacto deste fluxo no produto e no emprego da região. Conforme

destaca Polèse (1998, p.139), “São as atividades de exportação que, num contexto de abertura inter-regional, alicerçam a prosperidade regional”.

Conforme Schickler (1971), a principal postulação da Teoria da Base Econômica Regional é a divisão das atividades econômicas de uma região em atividades básicas (exportadoras) e atividades não-básicas (ou de suporte). Desta forma, será possível delimitar as atividades que trazem recursos para região daquelas que retêm os recursos na própria região. Vale ressaltar que essa delimitação também possibilita a classificação do emprego criado na região: emprego básico (criado pela atividade exportadora) e o emprego não-básico (criado pela atividade de suporte à atividade exportadora).

A delimitação descrita define que as atividades básicas são aquelas que produzem bens e serviços para não-residentes, isto é, para exportação. Já as atividades de suporte são aquelas que existem em decorrência da existência da atividade de base e do emprego gerado por esta, e geram bens e serviços para consumo interno à região. É exatamente essa relação que caracteriza o modelo. De acordo com Schickler (1971, p.8), “a teoria de base procura explicar a renda e o emprego de certa área por meio de forças exteriores à região: a demanda de outras regiões por bens e serviços produzidos na área que está sendo analisada”.

Essa caracterização das atividades econômicas é importante para a compreensão do dinamismo econômico observado, como a formação da renda e do emprego regionais. Isto, pois, toda atividade econômica regional está direta ou indiretamente ligada à demanda de exportações para a região (Schickler, 1971). Sendo assim, com o crescimento da demanda ocorre uma maior oferta de emprego no setor básico, acarretando em uma expansão por bens e serviços locais (das atividades não-básicas), e isso também trará um aumento no emprego não-básico. Essa relação é medida pelo chamado multiplicador regional. Com base em Polèse (1998), o multiplicador demonstra a capacidade de retenção dos novos recursos, advindos da exportação, na estrutura econômica da região. Logicamente, quanto maior essa capacidade de retenção, maior o nível de renda e de empregos gerados, e assim um maior o grau de desenvolvimento gerado na região. Desta forma, o modelo da base econômica regional evidencia dois elementos fundamentais: a) os recursos entrantes na região devido às atividades básicas; b) o impacto de multiplicação destes recursos dentro da região.

Apesar de o modelo pressupor a existência de um multiplicador regional, este ignora o papel das atividades de suporte como origem do desenvolvimento econômico local. Essa é a crítica de Blumenfeld (1955, *apud* Schwartzman, 1977) ao modelo da base econômica como técnica de planejamento e teoria do crescimento urbano. Este propõe que as atividades não-básicas é que deveriam ser consideradas como base econômica das cidades. Seu argumento é que a proporção de empregos nas atividades básicas decresce à medida que a cidade torna-se maior. Além disso, pesa a importância das atividades locais em apoiar as atividades de exportação, as quais determinam o desenvolvimento regional.

Schwartzman (1977) ressalta que o modelo se limita a explicar o investimento apenas induzido pelas atividades de exportação, como também é restrito no que tange outros fatores que influenciam o desenvolvimento. Não há nenhuma menção no modelo de base econômica regional quanto a influência do crescimento populacional e do progresso tecnológico no desenvolvimento regional, fatos estes que são elementos centrais no desenvolvimento. Por fim, é criticado o fato de o modelo possibilitar apenas análises de curto prazo, impossibilitando análises a longo prazo do desenvolvimento regional. Isto se constata pelo fato de o único fator que altera, por exemplo, o emprego se dá por variações nas atividades de exportação, as quais impactam as atividades de suporte. Como o modelo não considera fatores que alteram a demanda externa, e por consequência a produção das atividades básicas, logicamente não é possível construir análises de longo prazo para as variações de emprego ou de renda, devido ao fato da demanda externa ser dada a curto prazo, isto é, o modelo considerar que toda região tem condições perfeitas de atender sua demanda a curto prazo.

Mesmo com suas limitações, a Teoria da Base Econômica Regional possui técnicas muito significativas para o entendimento do desenvolvimento regional. Essas limitações serão novamente abordadas por outras teorias, em especial pelas teorias que consideram fatores endógenos de desenvolvimento. Ainda assim, alguns elementos que estão limitados nessa teoria são explicados pela abordagem de modelos neoclássicos de desenvolvimento, os quais possuem características exógenas. Esses modelos buscam explicar as fontes de crescimento econômico, bem como suas condições de equilíbrio. A interpretação neoclássica de crescimento econômico tem por base o Modelo de Solow (1956, *apud* Silva, 2002), o qual aborda o crescimento econômico tendo como foco o crescimento do produto por trabalhador

e a evolução do rendimento *per capita* com relação ao progresso técnico, tido como uma variável exógena.

O Modelo de Solow tem como objetivo demonstrar o crescimento do produto. Essa análise dependerá de três variáveis básicas: investimento, tecnologia e crescimento populacional (Diniz, 2006). Para tal demonstração Solow (1956, *apud* Figueiredo, 2006) utiliza-se de formulações matemáticas envolvendo essas variáveis, as quais possuem elevado suporte obtido de pesquisas empíricas. Um pressuposto inicial é a verificação do produto *per capita*, o qual depende do capital *per capita*. O modelo busca compreender a evolução do investimento *per capita*, que nada mais é do que a variação do capital *per capita*. Essa variação, considerando que existe crescimento populacional, é resultado do investimento líquido na região.

No modelo (Solow, 1956, *apud* Figueiredo, 2006) o investimento líquido depende da poupança gerada na economia, a qual representa parte do produto gerado em um determinado tempo. Já o produto é função da tecnologia, do estoque de capital e do trabalho. Com essas variáveis dadas, o modelo busca demonstrar o crescimento do produto.

Assume-se que, multiplicando-se os fatores capital e trabalho por uma constante positiva, o produto também seria multiplicado por esta constante (hipótese de retornos constantes de escala). Por sua vez, mantido o estoque de trabalho constante, o aumento do capital gera aumento do produto, mas a taxas cada vez menores (hipótese da produtividade marginal decrescente). Como consequência, a variação do capital *per capita* tem um impacto cada vez menor sobre a acumulação do produto *per capita*. (FIGUEREDO, 2006, p. 124).

Sendo assim, o crescimento da renda e da poupança ocorre a taxas decrescentes em uma economia em crescimento econômico. Como acumulação de capital resulta da poupança e da depreciação, o capital *per capita* resultará, em um dado momento, que a poupança será apenas suficiente para cobrir a depreciação gerada na economia, mantendo o nível de capital acumulado por habitante. A longo prazo esse nível de produto será influenciado pela taxa de poupança, nível de tecnologia (exógeno e não explicado pelo modelo) e, de forma negativa, pela taxa de crescimento populacional e de depreciação dos bens de capital.

Dessa forma o modelo de Solow recomenda como política econômica que, para que a riqueza do país aumente, deve haver o aumento da taxa de poupança, e como consequência, a taxa de investimento da economia nacional, fazendo com que

o nível de investimento supere a depreciação na economia. Isso se faz necessário, pois a quantidade de trabalho cresce a uma taxa natural, não podendo ser controlado pela economia, fazendo com que a poupança sirva como incremento no investimento em capital *per capita*, para gerar assim crescimento econômico (Figueiredo, 2006).

Conforme Figueiredo (2006), é importante destacar a importância do modelo como instrumento analítico, mas não deixa de ressaltar as dificuldades envolvidas na alteração das variáveis que trazem o crescimento econômico para uma região, visto que o modelo analisa o crescimento do produto nacional. Desta forma, é verificado que apenas o nível de tecnologia e a taxa de poupança são passíveis de intervenções públicas, e tais variáveis são exógenas ao nível de decisão regional, cabendo essa intervenção em caráter nacional. Porém vale o destaque de tal modelo como forma de se pensar os diferenciais de renda *per capita* entre regiões. Por fim, vale o destaque à limitação clara do modelo de que o progresso tecnológico é uma variável não explicada e exógena ao modelo. Essa limitação será novamente abordada em modelos de crescimento endógenos, na próxima seção.

Como forma de amparar a análise do desenvolvimento do município proposto neste trabalho, sintetizou-se em um quadro os principais elementos que compõe os modelos exógenos apresentados (quadro 1).

AUTOR	TRABALHO	FUNDAMENTOS
Solow	Modelo de Solow	Função de crescimento econômico baseado nas variáveis produto, capital, trabalho, progresso tecnológico.
Diversos	Teoria da Base Econômica	Crescimento regional baseado no conceito de atividades econômicas básicas (exportadoras) e atividades não-básicas (de suporte).

QUADRO 1 – FUNDAMENTOS POR TEORIA – MODELOS EXÓGENOS

FONTE: Baseado em SOLOW (1958), POLÈSE (1998), SCHICKLER (1971).

Na próxima seção são apresentadas teorias e modelos de desenvolvimento que destacam o papel de elementos endógenos para estimular o desenvolvimento, isto é, que dependem de decisões e elementos inerentes à própria região.

2.2 MODELOS ENDÓGENOS

A importância dos elementos endógenos para o desenvolvimento está no fato de serem mutáveis por decisões internas à região, isto é, dependem basicamente de fatores ligados aos agentes que compõe essa região. Conforme Filho (1995), o desenvolvimento endógeno pode ser tratado como um processo interno de expansão da capacidade da região agregar valor sobre sua produção. Adicionalmente, pode ser entendido como a capacidade de absorção regional do excedente econômico local juntamente com o excedente atraído de outras regiões. Este processo resulta em um aumento no nível de emprego, do produto e da renda regional.

Para entendimento dos modelos endógenos esta seção apresenta teorias de desenvolvimento focadas em quatro autores: Hirschman (1961), com o trabalho “Estratégia do Desenvolvimento Econômico”, Perroux (1955), o qual apresenta a “Teoria dos Polos de Crescimento”, Myrdal (1972), através de sua pesquisa sobre a “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas”, e North (1977), o qual desenvolveu a “Teoria da Base de Exportação”. Apesar dos modelos conterem elementos exógenos na influência do crescimento regional, seu foco principal está no desenvolvimento de longo prazo, apoiado em elementos endógenos à região.

Interessado em como o crescimento do país acontece de forma desigual, e baseado nas ideias de Schumpeter sobre o processo de inovação na economia capitalista, o economista Perroux desenvolve sua teoria de crescimento, a qual estabelece a noção de polos de crescimento, no qual afirma que a dinâmica regional é baseada na ideia do estabelecimento de indústrias motrizes e seus efeitos sobre os demais agentes da região (Almeida, 2013).

A Teoria dos Polos de Crescimento teve grande influência nas políticas de desenvolvimento regional, tanto em países considerados desenvolvidos como em desenvolvimento, no período entre 1950 e 1970 (Silva, 2008). Esta teoria defende que o crescimento econômico não acontece simultaneamente em todos os lugares:

O fato, rude mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia. (PERROUX, 1955, p. 146).

A partir desse pressuposto, Perroux (1955) explora as relações estabelecidas entre o que chama de indústrias motrizes e as indústrias movidas. Essas primeiras são tidas como as grandes empresas líderes, que possuem grande progresso técnico e grande concentração de capital. Suas taxas de crescimento, por esse motivo, são mais altas que a média de crescimento das demais indústrias, bem como da economia. Possuem como característica fundamental no modelo o efeito multiplicador na geração de renda dos demais agentes da economia. Conforme Almeida (2013), ao ocorrer um aumento de suas vendas, e portando, um aumento de sua demanda, gera um aumento nas vendas das demais indústrias, as chamadas indústrias movidas. Isto ocorre pois estas são as responsáveis pelo fornecimento de serviços, matérias primas, insumos, bem como a mão de obra e o capital demandados pela indústria motriz devido ao aumento de suas vendas de bens, produtos ou serviços.

Exatamente essa capacidade de multiplicação que torna a indústria motriz indutora do surgimento de complexos industriais. Vale destacar que a indústria motriz pode ser caracterizada como um conjunto de empresas, ou mesmo atividades, que induzem o crescimento e a inovação das atividades movidas. Desta forma, além de contribuir com o crescimento do produto total, as indústrias motrizes também induzem o crescimento no ambiente em que estão inseridas, devido a sua capacidade de criar encadeamentos as indústrias movidas. Fato que é comprovado pelas aglomerações industriais e urbanas geradas pelos polos industriais, sendo estes caracterizados pela intensificação econômica, a qual é impulsionada pelo surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas (Cavalcante, 2001).

Sendo assim, o crescimento de todo esse conjunto está relacionado com a capacidade de difusão do efeito de expansão das indústrias motrizes sobre as indústrias movidas. A essa inter-relação de indústrias, que garante o crescimento econômico e o avanço tecnológico, através de encadeamentos, é dado o nome de polo de crescimento (Almeida, 2013).

Conforme Cavalcante (2001), quando é verificado que essa relação ocorre com lentidão, isto é, o relacionamento entre as indústrias motrizes e as movidas não gera o crescimento e a transmissão tecnológica necessários ao desenvolvimento econômico regional, admite-se o estímulo estatal, por exemplo, através de incentivos fiscais, ou mesmo sociais, tal como a definição de políticas educacionais específicas.

A criação de formas de incentivo aos polos de crescimento embasou grande parte das políticas de desenvolvimento regional a partir da década de 1950 até meados de 1970, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, sendo inclusive utilizadas pelo Brasil.

Essas políticas possibilitaram a análise empírica da Teoria dos Polos de Crescimento. De acordo com Cavalcante (2001), após os anos 1970, evidências demonstravam que tais políticas de desenvolvimento não obtiveram o sucesso desejado, apresentando, portanto, algumas limitações do modelo. Essas evidências apontaram que a implementação de indústrias motrizes nem sempre gerou polos de crescimento.

Conforme Cavalcante (2001), foram apontadas evidências que demonstraram que os polos não foram suficientes para estimular a difusão das inovações tecnológicas, bem como a expansão no crescimento de renda nas demais atividades econômicas movidas, e acabaram por gerar apenas uma maior concentração regional das atividades econômicas, devido a permanência do centro de decisão das empresas líderes nas regiões mais desenvolvidas. Além disso, outra limitação do modelo apontada está na forma generalista de tratamento dos mais diversos tipos de mercados, empresas, governos, famílias, implicando assim numa grande dificuldade na determinação dos setores motrizes de uma economia, bem como na determinação do melhor tamanho para um polo de crescimento (Almeida, 2013).

Apesar destas constatações, quando tratamos de uma região, o conceito de polos de crescimento pode ser mantido, já que continua demonstrando como se dá as relações entre indústrias motrizes e demais indústrias movidas, e assim apresentando a importância das indústrias motrizes para o desenvolvimento polarizado. Esse conceito de desenvolvimento polarizado foi também abordado pelo economista Albert Hirschman, o qual aborda o processo de polarização através das relações intersetoriais e a transmissão inter-regional em um sistema de desenvolvimento desequilibrado.

Em seu trabalho “Estratégia do Desenvolvimento Econômico”, Hirschman (Almeida, 2013) contrapõe o entendimento de desenvolvimento equilibrado, o qual é defendido pelas teorias clássicas (analisadas na seção anterior). Este entende que o processo de desenvolvimento ocorre por meio da polarização em regiões mais avançadas, não ocorrendo o devido repasse desse desenvolvimento para regiões

menos desenvolvidas. Isto acontece, pois entende que o desenvolvimento não flui naturalmente de uma região para a outra, mas tende a se concentrar no lugar onde se inicia, devido ao aumento progressivo de sua dinâmica, ocasionado pelo processo de causação circular cumulativo. Logo entende que esse fator é inevitável para o progresso regional.

Seja o motivo qual for não resta dúvida de que uma economia, para atingir níveis de renda mais elevados, precisa promover – e assim o fará – primeiro, no seu próprio âmbito interno, um ou vários centros regionais de força econômica. A necessidade de emergência de pontos de desenvolvimento ou polos de desenvolvimento, no curso do processo desenvolvimentista, indica que a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento. (HIRSCHMAN, 1961, p. 276).

A partir deste pressuposto Hirschman busca analisar a forma que a relação e a dependência entre setores explicam o desenvolvimento econômico de um país ou região. O autor entende que o processo de desenvolvimento é ocasionado por dois efeitos, os propulsores (*forward linkages*) e os regressivos (*backward linkages*). Os efeitos propulsores, ou também chamados de efeitos “para frente”, dizem respeito a elementos que possibilitariam, ou induziriam, a instalação de setores em uma região. Isto é, a oferta de elementos indutores, tais como melhorias na educação e formação profissional, infraestrutura adequada, mão de obra disponível, ou mesmo a oferta de insumos de determinado setor já instalado, e que torna a região atrativa para demais setores. Já os efeitos regressivos, ou os chamados efeitos “para trás”, advêm de externalidades causadas pela implantação de indústrias motrizes em uma região. O efeito pode ser caracterizado como uma forma atrativa de fatores humanos, materiais e econômicos necessários para a sua produção, estimulando assim demais setores através do aumento de sua demanda por insumos de demais setores (Silva, 2008).

Desta forma, utilizando basicamente a mesma lógica da “Teoria dos Polos de Crescimento”, Hirschman (Almeida, 2013) entende que o desenvolvimento é explicado por essa capacidade de atividades gerarem encadeamentos, tanto para frente quanto para trás, e como consequência, gerarem expansões econômicas em outros setores. Em seu entendimento o crescimento não ocorre de forma simultânea em todas as atividades, mas se inicia em setores líderes (atividades motrizes), e devido a sua grande dinâmica, estimulam a instalação de demais setores (atividades

satélites). Desta forma, quanto maior for o nível de interdependência entre os setores, maior o desenvolvimento econômico gerado em uma região.

O problema de crescimento econômico desigual observado empiricamente na aplicação dos polos de crescimento foi também observado pelo economista Gunnar Myrdal (1972). Em seu trabalho “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas”, o autor analisa os processos que ocorrem em regiões com níveis de desenvolvimento desiguais, bem como as relações estabelecidas entre estas. Defende que o desenvolvimento social e econômico não tende para um equilíbrio, como defendido nas teorias clássicas de desenvolvimento, mas possui ciclos que se acumulam, entre efeitos positivos e negativos.

Conforme Myrdal (1972), essa dinâmica tem como base o processo conhecido como *causação circular cumulativo*, em que as disparidades são evidenciadas e o sistema econômico é entendido como instável e desequilibrado. Desta forma, regiões mais favorecidas economicamente tendem a drenar recursos de regiões menos favorecidas, pois o processo de *causação circular cumulativo* prevê um “ciclo vicioso” que tende a atrair cada vez mais recursos para a região mais rica em função da concentração das atividades mais dinâmicas nesta. Desta forma, a região menos favorecida se torna cada vez mais limitada à produção de bens primários com menor valor agregado, evidenciando assim, cada vez mais, as desigualdades entre regiões.

Em seu trabalho, Myrdal (1972) exemplifica o conceito de *causação circular cumulativa* com uma situação hipotética que gera efeitos imediatos em uma região. Nesta situação, um acidente ocorre em uma comunidade, de forma que a única fábrica, da qual grande parte da comunidade extrai sua subsistência, é destruída por um incêndio, e não há interesse em reconstruí-la. Desta forma o efeito imediato é o desemprego de todos os seus trabalhadores, ocasionando de imediato a redução da renda e da demanda na comunidade. Com os efeitos subsequentes, Myrdal (1972) inicia o detalhamento do processo de *causação circular cumulativa* na comunidade.

Por seu turno, a diminuição da demanda reduzirá as rendas e causará desemprego em todos os outros negócios da comunidade, cujos produtos e serviços eram vendidos à firma e seus empregados. Desencadeia-se, assim, um processo de *causação circular*, com efeitos que se acumulam à feição de um “ciclo vicioso”. (MYRDAL, 1972, p. 47 - 48).

Esse processo de causação circular pode explicar efeitos indiretos e diretos da perda ou do ganho de uma atividade econômica na região, a qual terá o impacto positivo ou negativo no nível de emprego, na geração de renda, na geração de impostos, entre outros. Neste exemplo, o impacto é obviamente negativo, com um processo contínuo de multiplicação às demais variáveis.

Se não se verificam outras mudanças exógenas, a comunidade exercerá menos atração sobre os homens de negócio e operários que pensavam em transferir-se para ela. À medida que o processo se desenvolve, os negócios estabelecidos na comunidade e os trabalhadores que aí vivem acharão cada vez maiores razões para dela sair, a fim de procurar em outros lugares melhores mercados. Se o fizerem, ocorrerá novo decréscimo das rendas e da demanda. Em geral, também se alterará a composição etária da população local em direção desfavorável. (MYRDAL, 1972, p. 48).

O exemplo demonstra o impacto causado, de forma direta ou indireta, em todas as variáveis de uma região. Neste caso, o efeito causado seria o de uma desigualdade cada vez maior com outras regiões mais dinâmicas, que atrairiam as atividades e mão de obra para fora da comunidade. Neste processo, Myrdal (1972) mostra-se preocupado com a tendência de concentração espacial das atividades econômicas. Sem uma intervenção estatal, essa concentração pode causar desequilíbrios entre regiões, trazendo desenvolvimento a umas e estagnação a outras regiões.

A preocupação de Myrdal (1972) reside no fato que existe uma tendência de polarização em um centro econômico em que a atividade propulsora do crescimento econômico se iniciou. A consequência apontada é de um aumento de disparidade entre regiões, devido ao fluxo de capitais tenderem para as regiões ricas e avançadas. Porém, também é importante destacar o efeito contrário, tido como efeitos propulsores, que podem ser suficientes para cobrir os efeitos da polarização. Quando isso ocorre, a região estagnada começa a ter ganhos obtidos através do fornecimento de bens de consumo ou matérias primas para as atividades econômicas da região rica e em expansão.

Para controlar esse efeito, Myrdal (1972) considera fator primordial a ação estatal como forma de controlar a tendência do mercado a concentração, buscando assim a equidade de desenvolvimento entre as regiões, sendo que o objeto central é o de estimular os efeitos propulsores entre a região mais avançada e a menos

favorecida, não se limitando a intervenções econômicas, mas também sociais, para assim trazer o desenvolvimento econômico de forma sustentável e igualitária.

Conforme Cavalcante (2001), o modelo faz referência a algumas variáveis não-econômicas que somente mais tarde teriam destaque na economia regional. Variáveis estas como a qualidade dos fatores de produção e a eficiência da produção para determinação do desenvolvimento. Ainda, refere-se à qualificação da população, ao espírito empreendedor, à comunicação, à consciência de crescimento e as regiões vizinhas.

Lima (2009) evidencia a importância do modelo para explicar diversas relações sociais e econômicas como a perda de uma indústria em uma região, por exemplo. Essa perda geraria de imediato um aumento no desemprego e a diminuição da renda regional, bem como uma redução da renda de demais atividades da região. Este causaria um ciclo em que, caso não ocorra nenhuma mudança exógena, a região tenderia a se tornar cada vez menos atrativa, com seus fatores de produção, capital e trabalho a procurarem novas oportunidades fora desta região. É neste sentido que se evidencia a importância do Estado, o qual pode intervir com as ferramentas que dispõe para modificar esse ciclo, orientando-se através de uma combinação entre progresso econômico e desenvolvimento social.

Apesar de trazer em foco uma importante ferramenta de análise do crescimento econômico regional, o processo de causalção circular cumulativa limita-se a explicar a lógica de movimentação de recursos entre regiões mais e menos dinâmicas, e desconsidera o fato do desenvolvimento desigual, com o aparecimento de polos de desenvolvimento, ser inevitável, conceito o qual foi abordado na teoria desenvolvida pelo economista Albert Hirschman.

As inter-relações setoriais, importantes para o conceito de polos de desenvolvimento, bem como os encadeamentos gerados entre os setores e de vital necessidade para o crescimento econômico, também são abordados pelo economista Douglas North. Este criou uma teoria baseada no conceito de exportação como base para o desenvolvimento regional, demonstrando os impactos causados a longo prazo na economia regional por suas atividades exportadoras.

A “Teoria da Base de Exportação” surge nos anos 50 para explicar como se deu o desenvolvimento da economia dos Estados Unidos. Isto porque as teorias de crescimento local até então vigentes não explicavam de forma coerente o desenvolvimento de algumas regiões do país. Estas teorias diziam que o

desenvolvimento regional dava-se pela sequência lógica caracterizada pela evolução: economia de subsistência agrícola - desenvolvimento do comércio e da especialização local – comercialização inter-regional – industrialização – estágio final com atividades terciárias para exportação. Porém essa sequência econômica evolutiva não se aplicava no crescimento das regiões dos Estados Unidos (Lima *et al*, 2009).

Desta forma, North (1955) busca aplicar os conceitos de localização para amparar uma análise histórica das regiões dos Estados Unidos. Suas proposições, apesar de se basearem no desenvolvimento dos Estados Unidos, podem ser utilizadas para outras regiões, principalmente aquelas inseridas dentro de um contexto capitalista e de maximização de lucros em conjunto com a inexistência de restrições derivadas de pressões populacionais.

O conceito principal da “Teoria da Base de Exportação” (North, 1955) é que o desenvolvimento sempre dependerá de produtos exportáveis que uma região gera. O conjunto dos produtos primários da região, os produtos exportáveis, são caracterizados como a base de exportação, e determinam a quantidade de atividades locais que se desenvolvem em torno dessa indústria, o nível de tecnologia, o padrão de urbanização, as características da força de trabalho, da sociedade, o nível de educação e a política regional. O desenvolvimento da base de exportação irá refletir em uma vantagem comparativa nos custos relativos da produção, e ainda fará a região crescer ao seu entorno, gerando assim diversas economias externas, dinamizando a região, estimulam assim competitividade dos próprios produtos exportáveis.

Para o entendimento desse processo, North (1955) inicialmente busca caracterizar as indústrias de exportação e as indústrias residenciais. Para tal, recorre a uma ferramenta das teorias de localização, o quociente de localização, o que possibilita a precisão da área de mercado de cada indústria.

O quociente de localização compara a concentração de emprego de uma determinada indústria em uma área (a economia objeto que, para nossos propósitos, é a região) com outra área (a economia de referência, que para nossos propósitos é a nação). (NORTH, 1955, p. 301).

Desta forma, aquelas indústrias que apresentam muito mais especialização em uma região terão o quociente muito maior do que 1, caracterizando assim

indústrias exportadoras. Já as indústrias que apresentam uma relação próxima com a concentração de empregos da economia de referência, serão as indústrias residenciais, caracterizadas pela produção para o mercado local em que reside a população consumidora.

Conforme North (1955), a importância da base de exportação, composta pelas indústrias exportadoras, é evidente para o nível de renda da região, porém são os efeitos indiretos os mais importantes. Esses efeitos se comprovam através dos encadeamentos gerados, e já avaliados em teorias anteriormente aqui descritas, com as indústrias locais. Isto porque, como estas dependem da demanda local, também dependerá do destino da base de exportação, a qual dita a demanda interna regional. Logo, essa dependência interna será impactada pela sensibilidade da demanda por esses produtos exportáveis.

Sendo assim, North (1955) destaca a importância da base de exportação também para a urbanização da região, com o surgimento dos centros nodais. Isto ocorre devido ao melhoramento das relações e dos custos entre os agentes, provenientes das aglomerações urbanas e industriais. Estas relações surgem da demanda gerada pelas indústrias exportadoras, as quais necessitam de matérias primas, capitais, serviços, mão de obra, infraestrutura. A base de exportação molda inclusive o caráter da força de trabalho, com base na especialização necessária para esta, bem como influencia as políticas públicas, as quais tendem a buscar formar e melhorar as características da base de exportação da região.

Conclui-se assim, que a importância da base de exportação está no fato de desempenhar um papel fundamental na formação econômica de uma região, estimulando de forma evidente seus níveis de renda absoluto e *per capita*. Sua demanda determina a quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias, além de ditar a dinâmica das indústrias locais, da distribuição populacional e a forma de urbanização, caracterizando a força de trabalho, as relações sociais e a atuação política (Lima *et al*, 2009).

Todas as teorias citadas nesta seção apresentam como elementos principais fatores endógenos de estímulo ao desenvolvimento. Mas, além disso, são caracterizadas por teorias focadas na industrialização e no planejamento público como forma de geração do desenvolvimento econômico regional. Esses fundamentos estão apresentados no quadro abaixo, como forma de síntese dos principais elementos de cada teoria.

AUTOR	TRABALHO	FUNDAMENTOS
Myrdal	Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas	Processo de causação circular cumulativa, gerando “ciclos viciosos” que tendem a aumentar cada vez mais a expansão econômica em regiões mais dinâmicas, trazendo desigualdades com regiões menos favorecidas.
Hirschman	Estratégia do Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento desequilibrado, ocasionado por efeitos propulsores e regressivos nas relações entre setores líderes e satélites.
Perroux	Teoria dos Polos de Crescimento	Desenvolvimento causado pelos efeitos multiplicadores das indústrias motrizes sobre outras atividades.
North	Teoria da Base de Exportação	Desenvolvimento baseado na base de exportação da região. Além de definir o nível de renda, define as atividades locais, a força de trabalho, a sociedade, a urbanização, e a ação política.

QUADRO 2 – FUNDAMENTOS POR TEORIA – MODELOS ENDÓGENOS

FONTE: Baseado em MYRDAL (1972), HIRSCHMAN (1961), PERROUX (1955), NORTH (1955).

Todas as teorias apresentadas nesta seção possuem como objetivo o entendimento dos principais fundamentos no desenvolvimento econômico, sendo eles com foco nacionais ou regionais. Porém, para cumprir o objetivo proposto neste trabalho, o foco maior foi dado aos elementos de desenvolvimento de regiões. Porém, antes de analisar os elementos que compõe o desenvolvimento econômico de Pontal do Paraná, convém ter o conhecimento da região proposta. Por este motivo, na próxima seção será apresentado o perfil do município, com suas principais características sociais, econômicas e políticas.

3 TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DE PONTAL DO PARANÁ

Para cumprir o objeto proposto neste trabalho, faz-se necessário o conhecimento da região a ser analisada, ou seja, de Pontal do Paraná. Esta análise baseia-se no entendimento do município através da definição de seu perfil e da apresentação de um panorama geral de seu desenvolvimento.

A partir da definição do perfil do município obtêm-se seus principais aspectos geográficos e demográficos, além de econômicos e sociais, prestando não somente informações recentes, mas também a evolução em cada um desses aspectos. Além disso, busca-se a evolução histórica de Pontal do Paraná, para assim ter uma visão geral de como as características do município foram definidas durante sua evolução.

3.1 GEOGRAFIA E DEMOGRAFIA

O município de Pontal do Paraná está localizado no litoral do Estado do Paraná, na mesorregião geográfica metropolitana de Curitiba¹ e na microrregião geográfica de Paranaguá² segundo classificação de 2012 do IBGE (IPARDES, 2014). Com uma área territorial de 201,94km² (ITCG, 2014), apresentada no mapa abaixo, e distante 119,50km da capital do Estado (IPARDES, 2014), faz divisa a oeste com o município de Paranaguá, ao sul com o município de Matinhos, e a leste e norte é banhado pelo Oceano Atlântico, sendo ao norte, pela baía de Paranaguá (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2014). Possui 23 km de orla marítima com 48 balneários de boa balneabilidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2014).

¹ Lei Estadual nº 15.825/08

² A microrregião geográfica de Paranaguá compõe por todos os municípios do litoral paranaense: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná (IBGE, 2014).



FIGURA 1 – ÁREA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

FONTE: GOOGLE MAPS (2014).

Seu clima, segundo a classificação de Köppen-Geiger³ (WORLD MAPS OF KÖPPEN-GEIGER CLIMATE CLASSIFICATION, 2014), é subtropical com verão quente (Cfa). O gráfico a seguir apresenta a média climatológica de Pontal do Paraná ao longo do ano, através de médias calculadas a partir de uma série de dados obtidos através de 30 anos de observação (CLIMATEMPO, 2014).

³ Sistema de classificação global de tipos climáticos, proposta pelo climatologista alemão Wladimir Köppen e aperfeiçoada com o auxílio de Rudolf Geiger

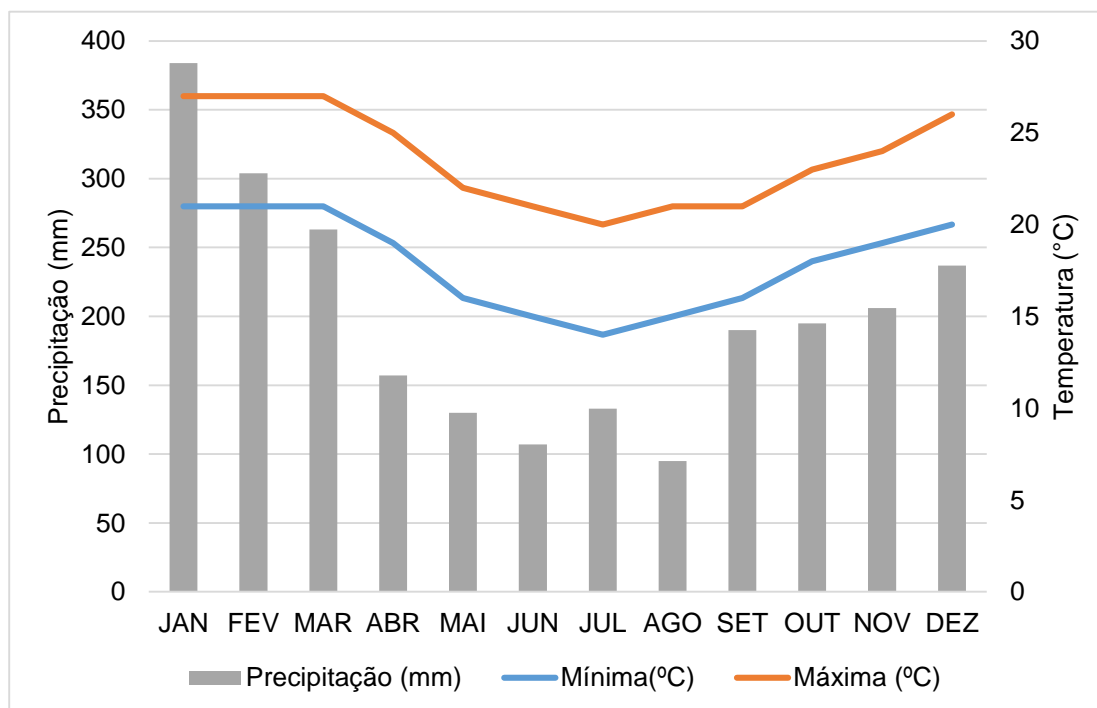


GRÁFICO 1 – CLIMATOLOGIA DE PONTAL DO PARANÁ

FONTE: Adaptado de CLIMATEMPO (2014).

A cobertura vegetal do município compreende principalmente 4 tipos de vegetação: florestas de planícies, manguezais, caxetais e várzeas, vegetação de dunas e do acrescido de marinha. As florestas de planícies caracterizam-se no município por terem sido as mais exploradas, porém ainda cobrem cerca de 70% de seu território. Atualmente seu corte ou remoção estão proibidos. Toda a vegetação predominante do município cresce em um solo com características restritivas aos padrões tradicionais de utilização, tais como uso para agropecuária e para a urbanização, seja pela permanente influência da superficialidade de lençol freático ou ainda pela existência de um solo arenoso (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2002).

A população do município apresentou um grande aumento desde antes de sua instalação, a qual data de 1997 (IPARDES, 2014). No ano de 2010 (último Censo realizado) a população residente era de 20.920 habitantes, sendo 20.743 na área urbana e 177 na área rural (IBGE, 2014). O mesmo instituto estima que em 2014 o número de habitantes esteja em 23.816 pessoas (IBGE, 2014). Censos anteriores, de 1991 e 2000, apresentam dados que demonstram que a população residente do município (ou do território deste no caso de dados de antes de instalação como município) cresceu aproximadamente 275%, partindo de 5.577

habitantes em 1991, 14.323 habitantes em 2000, para os 20.920 habitantes em 2010 (gráfico 2). Para efeito de comparação, a população residente do município representa em torno de 7,9% da população residente da microrregião geográfica de Paranaguá, da qual todos os municípios do litoral paranaense fazem parte, que possuía em 2010 uma população residente de 265.392 habitantes (IBGE, 2014). O crescimento da população de Pontal do Paraná está muito acima da população do Estado do Paraná a qual, no mesmo período, cresceu aproximadamente 23,62% em valores brutos.

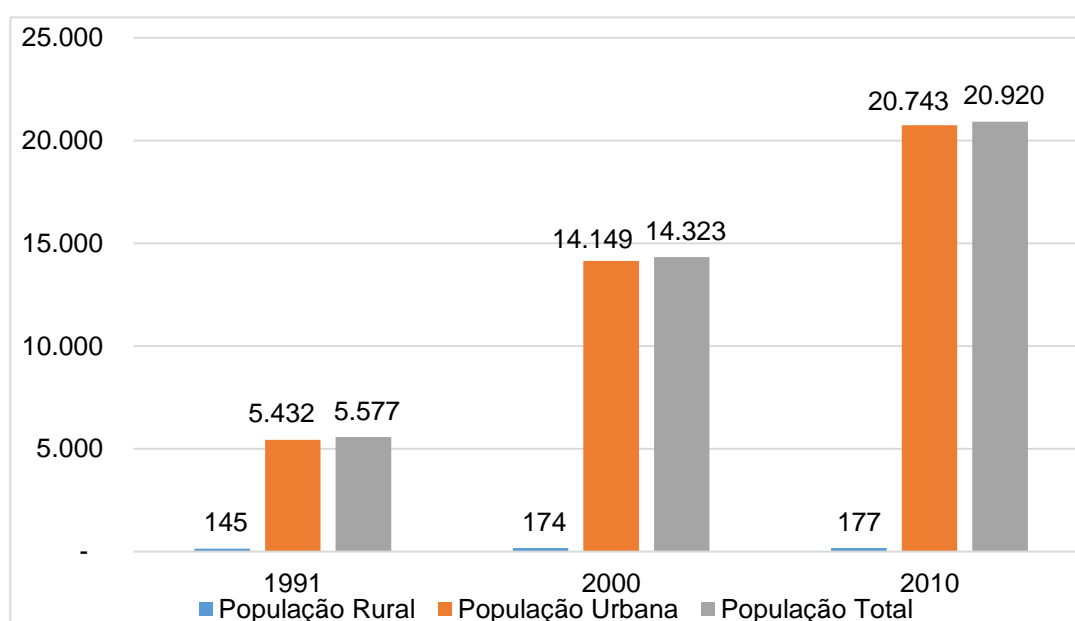


GRÁFICO 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE PONTAL DO PARANÁ (EM PESSOAS): 1991-2010
 FONTE: Preparado com base em ATLAS BRASIL (2014).

Pontal do Paraná apresenta como característica ser majoritariamente urbano, pois em torno de 99,15% de sua população era urbana em 2010 (IBGE, 2014). Isto inclusive são dados que perduram desde o Censo de 1991, quando sua população urbana representava 97,40% da população total (IBGE, 2014).

O município possui um aumento substancial em sua população durante a época de alta temporada de verão (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2014). Através de levantamentos da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná (SETU, 2013), verificou-se que o fluxo de turistas para o litoral paranaense atingiu 2.597.392 pessoas em 2012. Isto, aliado aos dados do último Censo, que

apontam que o município possuía 72 domicílios coletivos⁴, 7.099 domicílios particulares⁵ ocupados, e 17.695 domicílios particulares ocupados de uso ocasional, ou seja, “aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência” (IBGE, 2014), demonstram esse aumento substancial durante a alta temporada. É importante destacar que, do total de domicílios, estima-se que 70% da população viva em áreas irregulares (MONTEIRO, 2013). A tabela abaixo apresenta o fluxo de turistas para o litoral paranaense entre 1992 e 2012.

TABELA 1 – FLUXO DE TURISTAS PARA LITORAL DO PARANÁ (EM PESSOAS): 1992-2012

Tipo de Fluxo	Anos				
	1992	1997	2002	2007	2012
Embarque pessoas nas Rodoviárias	828.982	766.247	734.938	505.658	535.673
Fluxo de Turistas	2.511.585	2.315.397	2.304.279	2.794.778	2.597.392
embarcados nas rodoviárias	359.157	319.525	306.469	209.608	223.376
pelas Rodovias	2.152.428	1.995.872	1.997.810	2.585.170	2.374.016

FONTE: SETU (2013).

Quanto à constituição etária de sua população residente, o município apresenta evolução no percentual de população potencialmente ativa. Isto pode ser visto através da verificação da razão de dependência⁶ de sua população, o qual apresenta redução. Conforme Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (ATLAS BRASIL, 2014), entre 1991 e 2000 a razão de dependência passou de 64,90% para 54,64%. Entre 2000 e 2010 a tendência de redução se manteve, passando dos 54,64% para 47,28% (ATLAS BRASIL, 2014). Além disso, verificou-se

⁴ **Domicílio coletivo** - É o domicílio em que a relação entre as pessoas que nele habitam é restrita a normas de subordinação administrativa, como hotéis, pensões, presídios, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, campings etc. (IBGE, 2014).

⁵ **Domicílio particular** - É o domicílio em que o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. (IBGE, 2014).

⁶ **Razão de dependência** - Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa) (ATLAS BRASIL, 2014).

também um aumento na taxa de envelhecimento⁷, que passou de 3,86% em 1991 para 8,21% em 2010 (ATLAS BRASIL, 2014). Sendo assim, esses dados apontam para um envelhecimento de sua população, fazendo com que aqueles habitantes outrora muito jovens e fora da população potencialmente ativa, passassem a integrar o número de pessoas potencialmente ativas no município, reduzindo assim o percentual de jovens no município. Esse deslocamento de faixa etária do município durante o período pode ser expressado com a observação de suas pirâmides etárias.

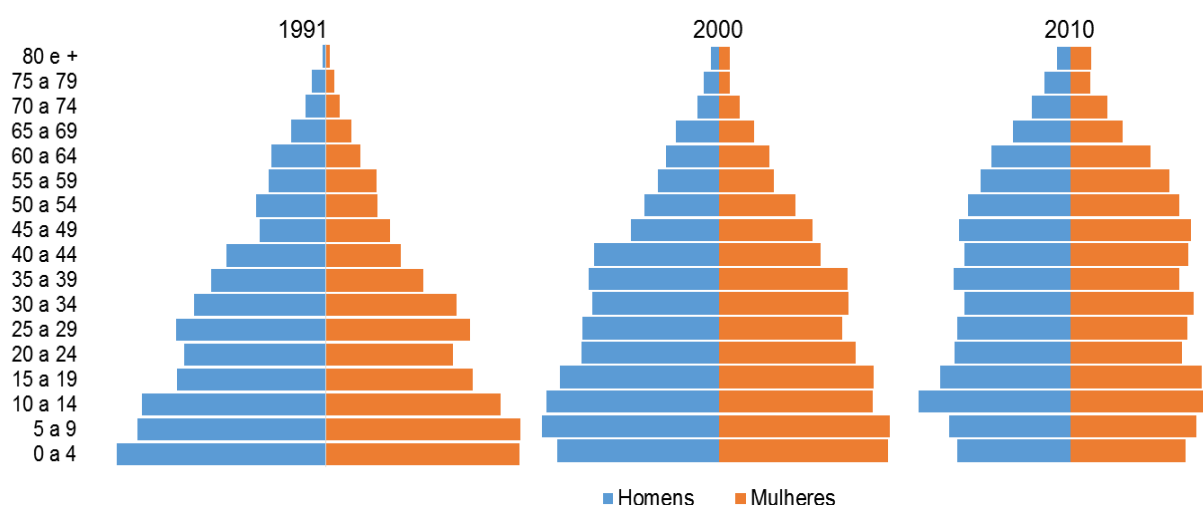


GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO PIRÂMIDES ETÁRIAS DE PONTAL DO PARANÁ

FONTE: Preparado com base em ATLAS BRASIL (2014).

Logo, essa mudança na estrutura etária do município, com uma redução no percentual de jovens, e um aumento do envelhecimento de sua população, pode ser explicado pela redução de natalidade, aliado com uma redução da mortalidade infantil. A taxa de natalidade, o qual é expressada pela taxa de fecundidade da mulher, apresentou uma redução entre 1991 e 2010, saindo de 3,2 filhos por mulher para 2,4 filhos por mulher em 2010 (ATLAS BRASIL, 2014). A mortalidade infantil (até um ano de idade) apresentou grande redução, pois apresentava em 1991 uma mortalidade de 31,8 a cada mil nascidos vivos, passando para 12,9 a cada mil nascidos vivos em 2010, significando uma redução de 146,51% (ATLAS BRASIL, 2014). Além disso, podemos adicionar ao fato do aumento do envelhecimento da população, principalmente com relação ao aumento de idosos no município, o

⁷ **Taxa de envelhecimento** - Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total (ATLAS BRASIL, 2014).

aumento na expectativa de vida ao nascer no município. A expectativa saltou de 67,5 anos em 1991 para 74,9 anos em 2010, a qual é superior a expectativa de vida no estado (74,8 anos) e também do país (73,9 anos) (ATLAS BRASIL, 2014).

As grandes evoluções dos dados demográficos do município de Pontal do Paraná podem ser explicadas por alguns fatores políticos e econômicos, como a própria emancipação do município durante a década de 1990, aliada com uma maior dinamização de seus setores econômicos. Esses fatores podem ser melhores entendidos em uma análise histórica e econômica do município, assuntos tratados nas próximas seções.

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

O início da ocupação do território onde hoje compreende a região do estado do Paraná e mais especificamente o município de Pontal do Paraná remonta ao neolítico, que segundo Wachowicz (2001, p. 292) pode ser comprovado com base na análise das jazidas arqueológicas, em especial o sambaqui⁸ do Guaraguaçu. A presença dessas populações humanas em território litorâneo do atual estado do Paraná não pode ser definida nos moldes territoriais de fronteiras políticas como os utilizamos hoje, resultado de influência europeia. Sendo assim, os antropólogos delimitam a presença das populações nativas por áreas culturais. No caso do território costeiro do Paraná, a população nativa que predominava na área antes do estabelecimento europeu, segundo Esteves (2005, p. 56-81), eram os tupi-guaranis denominados de carijós.

Com a chegada de europeus, no século XVI, na região costeira da América do Sul, incluindo o território ocupado pelos carijós, as formas de ocupação territorial e atividade econômica alteram-se drasticamente. Inicialmente as incursões sob esse território deram-se por grupos de indivíduos em expedições isoladas, principalmente as “[...] bandeiras predadoras de índios carijós.” (WACHOWICZ, 2001, p. 46). Juntamente com o movimento das bandeiras de exploração e predação, estava o

⁸ Os sambaquis podem ser definidos como: “[...] conchas, ostras, ossos de animais – sobretudo marinhos – e pedras, amontoados irregularmente, nos quais encontra-se farto e abundante material arqueológico. [...] Predominam nessas jazidas arqueológicas, evidências de pedra, osso e cerâmica, trabalhados pela mão indígena.” (WACHOWICZ, 2001, p.13).

trabalho evangelizador dos carijós feito por jesuítas. Entretanto, o estabelecimento real de uma sedentarização constituída em forma de criação permanente de moradia na área deu-se somente com a doação de uma sesmaria a Diogo de Unhate no ano de 1614 (WACHOWICZ, 2001), posteriormente tornou-se “[...] unidade administrativa, sob o nome de Paranaguá, em 1648.” (ESTADES, 2003, p. 25)⁹. A região de Pontal do Sul era utilizada como local de desembarque dos portugueses vindo de Paranaguá, os quais também adentravam no território atual de Pontal do Paraná para chegar até Matinhos, que ficava mais ao sul do litoral (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE PONTAL DO PARANÁ - PDDI, 2004). A atividade econômica da região litorânea em questão se iniciou com a extração de ouro. E em meados do século XVIII observa-se a produção de arroz, com a utilização de mão de obra escrava até fins do século XIX, com a abolição da escravidão no Brasil (ESTADES, 2003). Esse panorama social do trabalho que caracterizou o litoral paranaense desde a ocupação europeia até fins do Segundo Reinado tem importância ímpar na formação das características dos atuais municípios, incluindo Pontal do Paraná, como cita Esteves: [...] [uma] importante contribuição para o povoamento, desenvolvimento econômico e cultural do litoral foi dado pelo povo africano, forçado a migrar para o Brasil por conta da escravidão. (2005, p. 65)

No mesmo estudo (Esteves, 2005) aponta dados sobre a população escrava na região, tendo Paranaguá no ano de 1780 um número de 3.316 escravos negros de uma população total de 12.941 moradores e em 1854 a porcentagem de escravos na população era de 19,5%.

No início do século XX a região do atual município de Pontal do Paraná encontrava-se, no que tange a ocupação territorial, ainda modesta. Segundo Esteves “[...] a intensificação da ocupação nessa parte da região se relaciona à abertura da Estrada Paranaguá – Praia de Leste, na década de 1920 [...] e às atividades turísticas de seus balneários [...]” (2005, p. 64)¹⁰. Entretanto, Após a

⁹ Vale lembrar que o território pertencente à Paranaguá até a década de 1990 compreendia o espaço territorial que hoje é o município de Pontal do Paraná, mas sua ocupação por colonizadores ainda era inexpressiva durante o período colonial.

¹⁰ Podemos ainda fazer um paralelo sobre a condição de ocupação territorial na região de Pontal do Paraná antes da construção da estrada, com um depoimento do Sr. Jacinto Francisco Neves, de noventa e dois anos (no ano da publicação em 1997), que consta na obra “*Subsídios para a história de Pontal do Paraná*” de Oswaldo Abud Rocha, como segue: “Aqui existia apenas uma casa, que era do seu João Mesquita. Tudo aqui era coberto de mato, não existia farmácia, padaria ou restaurante.

conclusão da Estrada da Praia (Rodovia PR-407), na década de 1950 a ocupação da região de Pontal do Paraná se tornou muito mais intensa. Isto porque a rodovia passou a ligar a BR-277 (que liga Curitiba à Paranaguá) ao balneário de Praia de Leste, trazendo assim um aumento no interesse turístico pela região. Isto, aliado ao aumento naquele período do poder aquisitivo do paranaense, junto com a especulação imobiliária na região, culminou em um rápido processo de ocupação da região de Pontal do Paraná. Este rápido processo gerou uma ocupação dada de forma desordenada, iniciando por locais próximos ao mar, sendo gradativamente ocupados territórios mais distantes do mesmo (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná - PDDI, 2004).

Analisando retrospectivamente, durante a os anos de 1970 e 2000 os números sobre a demografia dos municípios litorâneos podem ser descritos por Estades: "[...] a população do litoral paranaense foi duplicada, passando de 112.310 habitantes, em 1970, a 235.840, em 2000, a uma taxa média de crescimento anual de 2,25%." (2003, p. 28). Aliado a esse crescimento populacional as atividades econômicas do mesmo período mudam de forma, principalmente as de caráter agrícola, com políticas voltadas às atividades agroflorestais (ESTADES, 2003). E em finais dos anos 1980 e nos próximos sete anos, as atividades do setor de serviços em algumas regiões do litoral tem um crescimento singular, como podemos observar no seguinte excerto:

O fortalecimento das atividades desse setor [serviços] no período 1989/96, basicamente decorrente da função portuária em Paranaguá e balneária e/ou turística em Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, é mais perceptível na composição da estrutura municipal da renda, que demonstra ganhos relativos no âmbito dos serviços em detrimento dos demais setores [...]. (MOURA & WERNECK, 2000, p. 64)

Ainda no período que corresponde as duas últimas décadas do século XX, pode ser considerado como um segundo marco no desenvolvimento de Pontal do Paraná, a instalação na região durante a década de 1980 um canteiro industrial. Este se instalou em uma área conhecida como Ponta do Poço, na porção norte do balneário de Pontal do Sul, e era composto por três empresas (FEM, TECHINTE e TENENGE). A atividade destas consistia na construção de plataformas continentais para a exploração de petróleo. A atividade chegou a gerar 3.000 empregos (PDDI,

Tudo a gente socorria em Paranaguá e, para lá, a gente ia de canoa, à remo, e a viagem durava dois dias para ir e dois dias para voltar." (ROCHA, 1997, p. 21).

2004), com trabalhadores vindos de várias regiões do estado do Paraná. Porém, no final da década de 1980, as empresas se transferiram para outros locais, cessando suas atividades em Pontal do Sul. Neste mesmo balneário, durante a década 1980, foi instalado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Centro de Biologia Marinha, atualmente Centro de Estudos do Mar (CEM), fato importante na geração de empregos e de pesquisa para a região (PDDI, 2004).

Os primeiros loteamentos em Pontal do Sul remontam o ano de 1951 e um total territorial de 55.895.100 m² (PDDI, 2004). Já na década de 1980, mais especificamente no ano de 1987, um representante do poder legislativo apresenta um projeto em 12 de janeiro de 1987 na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para constituição de Pontal do Paraná como distrito administrativo do município de Paranaguá.¹¹ No dia 23 de fevereiro de 1995 ocorreu uma grande manifestação da população de Pontal do Paraná, visando a emancipação do distrito, resultado alcançado no dia 22 de outubro de 1995 através de um plebiscito com resultados de 1.450 votos “sim”, 159 votos “não” e 39 votos bancos e nulos (ROCHA, 1997), que resultou na Lei Estadual n.º 11252 de 20 de dezembro de 1995 que cria o município de Pontal do Paraná.

3.3 UM PANORAMA SOCIOECONÔMICO

Diferentemente dos dados demográficos apresentados anteriormente, os dados dos agregados econômicos disponíveis são mais recentes. A maior parte destes disponibilizam informações a partir do ano de 1999, retirados da Base de Dados do Estado do Paraná (IPARDES, 2014). Porém, estes possuem uma periodicidade anual, garantindo assim uma melhor visualização de sua evolução.

¹¹ Segundo Rocha o distrito administrativo de Pontal do Paraná, no projeto apresentado em 1987, possuía as seguintes divisas: “Começa na ponte sobre o Rio Fortuna, na PR-407, seguindo pela PR-407 até alcançar a ponte sobre o Rio Guaraguaçu, pelo Rio Guaraguaçu abaixo até sua foz na Orla Marítima, confrontando com a baía de Paranaguá; pela Orla Marítima, confrontando com o Oceano Atlântico, até alcançar os balneários da Monções na divisa intermunicipal com Matinhos; deste ponto, por linha reta e seca de divisa intermunicipal Paranaguá-Matinhos, até a foz do Rio Pai Antônio no Rio Guaraguaçu ainda divisando com o município de Matinhos, até alcançar o Rio Cambará; acima até a ponte na estrada municipal PA-304, pela estrada municipal PA-304 até a ponte sobre o Rio das Pombas; pelo Rio das Pombas abaixo, até encontrar o caminho de ligação PR-407, Rio das Pombas; pelo referido caminho até a ponte sobre o Rio Fortuna na PR-407, ponto inicial.” (ROCHA, 1997, p. 29)

Todas as informações em moeda corrente apresentadas possuem seus valores corrigidos a preços do ano mais recente¹², para assim possibilitar uma comparação adequada entre os diversos anos.

O município de Pontal do Paraná apresentou um crescimento considerável de sua produção. Este pode ser verificado através da evolução de seu Produto Interno Bruto (PIB). No ano de 2011 seu PIB atingiu o valor de R\$ 235 milhões (IPARDES, 2014), um decréscimo de 0,5% com base no ano anterior, porém apresentou um crescimento 35,19% na comparação com 1999. A variação foi menor que o do estado do Paraná, que apresentou um aumento de 3% entre 2010 e 2011, e de 48,35% se considerarmos todo o período descrito. Porém, o crescimento no acumulado 1999-2011 apresenta-se suavemente maior que a média de todo o litoral paranaense (microrregião de Paranaguá), a qual cresceu 34,18%. Vale dizer que a representatividade do PIB municipal no valor global da microrregião de Paranaguá (PIB em 2011 de R\$ 10.318.330.000) (IPARDES, 2014) é de apenas 2,27%, com máxima histórica de representatividade em 2005, quando seu PIB representou 3,96% do PIB global do litoral.

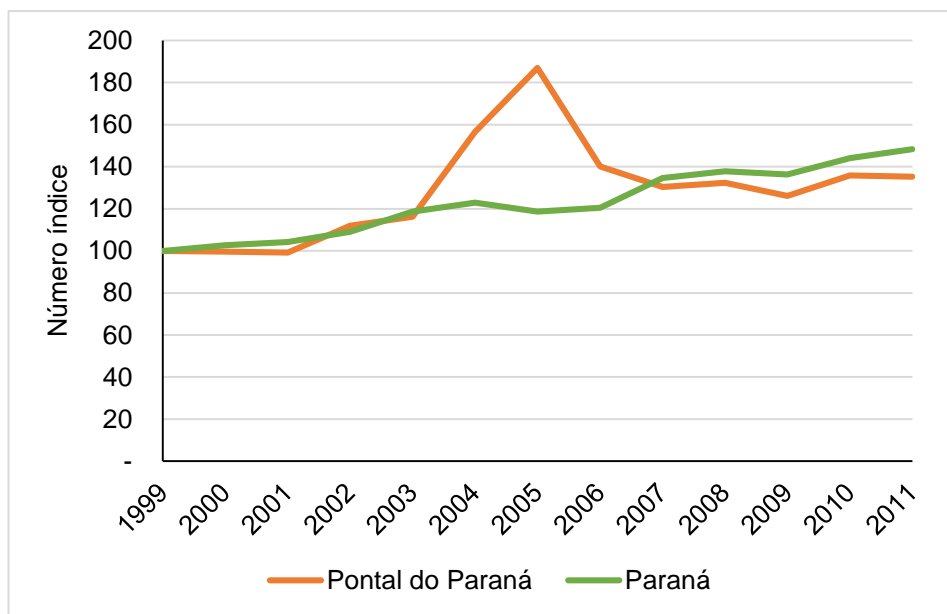


GRÁFICO 4 – CRESCIMENTO DO PIB DE PONTAL DO PARANÁ X PARANÁ: 1999-2011

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

¹² Utilizou-se o índice encadeado do deflator implícito do PIB (média 1980 = 100) (IPEADATA, 2014).

O entendimento dos fatores geradores do PIB municipal é verificado através de uma desagregação nos setores que compõe a estrutura econômica de Pontal do Paraná. Para isso, utiliza-se os valores adicionados brutos (VAB)¹³ de cada um dos três grandes setores econômicos (tabela 2).

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO VAB POR SETOR (MILHARES R\$) (ANO BASE = 2011)

	Agropecuária	Indústria	Serviços
1999	6.402	17.324	142.779
2000	6.315	19.311	139.082
2001	6.393	18.133	138.613
2002	7.892	22.366	149.720
2003	7.803	30.395	149.723
2004	8.322	100.199	149.947
2005	8.528	145.186	153.368
2006	10.375	46.670	162.221
2007	9.515	43.244	157.646
2008	8.762	47.757	159.407
2009	8.909	25.426	169.949
2010	9.215	29.338	181.694
2011	7.868	30.799	181.497

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

Desta forma, verifica-se que o principal setor do município é o de Serviços. Este alcançou um VAB em 2011 de R\$ 181,5 milhões (IPARDES, 2014), o que representa 82,44% do produto global municipal. Durante o período de 1999 a 2011, o setor sempre se manteve com uma participação global em torno de 80%, com crescimento estável (gráfico 5), com exceção dos anos de 2004 e 2005, período que a participação diminuiu, mas manteve-se como o setor de maior participação na economia do município. Nestes anos verifica-se um grande aumento na participação do setor industrial no valor adicionado bruto total do município. Em 2011 a Indústria representava apenas 13,99% do produto global, com um VAB de R\$ 30,8 milhões (IPARDES, 2014). Porém, durante os anos de 2004 e 2005, estes valores saltaram, de R\$ 30,4 milhões em 2003, para R\$ 100,2 milhões e R\$ 145,2 milhões, respectivamente, o que pode ser explicado pelo grande aumento nestes anos do número de estabelecimentos de Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas, mais

¹³ O Valor Adicionado Bruto de cada setor compõe o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) (IPARDES, 2014).

especificamente do aparecimento em 2004 e 2005 da atividade metalúrgica, que voltou a ser inexistente de 2006 em diante. Já o setor Agropecuário representa uma parcela muito pequena da produção total do município. Este atingiu R\$ 7,9 milhões em 2011, uma participação de 3,6% na produção municipal (IPARDES, 2014). Desta forma, a pesca, atividade incluída no setor agropecuário, apesar de constar como uma das atividades principais do município pela prefeitura (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2014), não apresenta relevância nos dados formais observados.

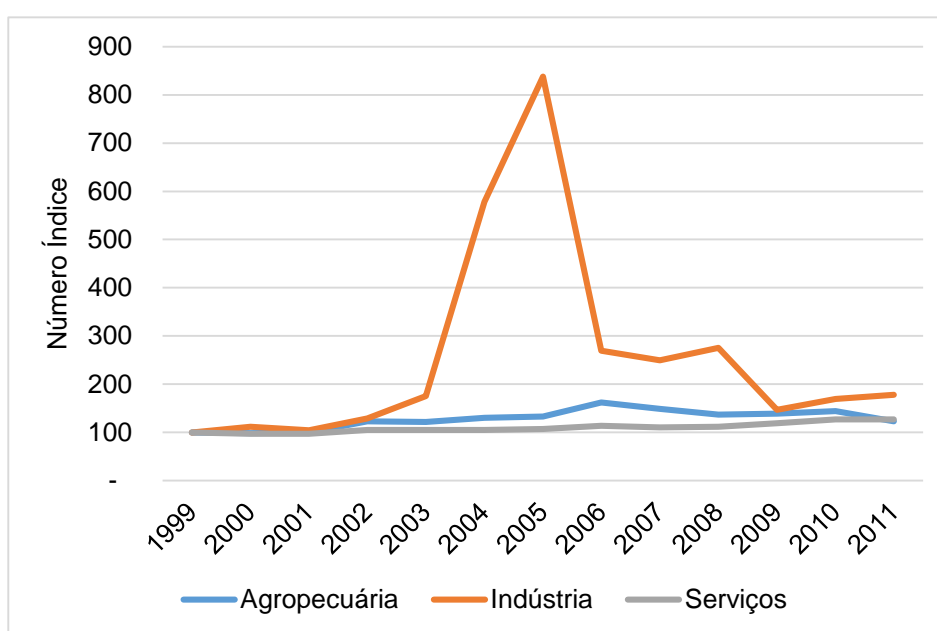


GRÁFICO 5 – CRESCIMENTO DO VAB POR SETOR (ANO BASE = 2011): 1999-2011

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

Com base em informações do Ministério do Trabalho e Emprego, é possível verificar as atividades econômicas existentes no município, durante o período de 1999 a 2011 (tabela 3), retratando assim a proporção de cada um dos três grandes setores (Agropecuária, Indústria e Serviços) no produto interno global de Pontal do Paraná. Estes dados apontam para um grande aumento no período de estabelecimentos do setor de Comércio e Serviços, com 198 estabelecimentos existentes em 1999 e 537 em 2011 (IPARDES, 2014). Segundo a Prefeitura municipal de Pontal do Paraná (2014) “a economia do município está ligada a pesca, comércio e ao turismo.” Este último é reconhecido inclusive através de sua lei orgânica, em seu artigo 160, que dispõe: “O Município considerará o turismo como

fator imprescindível ao seu processo e desenvolvimento social e econômico, razão porque fica obrigado a promovê-lo e incentivá-lo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2014).

TABELA 3 – TIPO E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM PONTAL DO PARANÁ: 1999-2011

Estabelecimentos			
	1999	2005	2011
Indústria	26	23	34
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1	2	3
Extração de Minerais	-	-	3
Indústria de Transformação	25	21	28
Indústria Metalúrgica e Mecânica	2	10	6
Indústria de Produtos Alimentícios e Bebida	13	7	8
Demais Indústrias de Transformação	10	4	14
Construção Civil	17	8	33
Comércio	103	192	307
Comércio Varejista	101	189	298
Comércio Atacadista	2	3	9
Serviços	95	153	230
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários	45	59	72
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	43	75	124
Demais estabelecimentos de Serviços	7	19	34
Agropecuária - Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	-	-	3

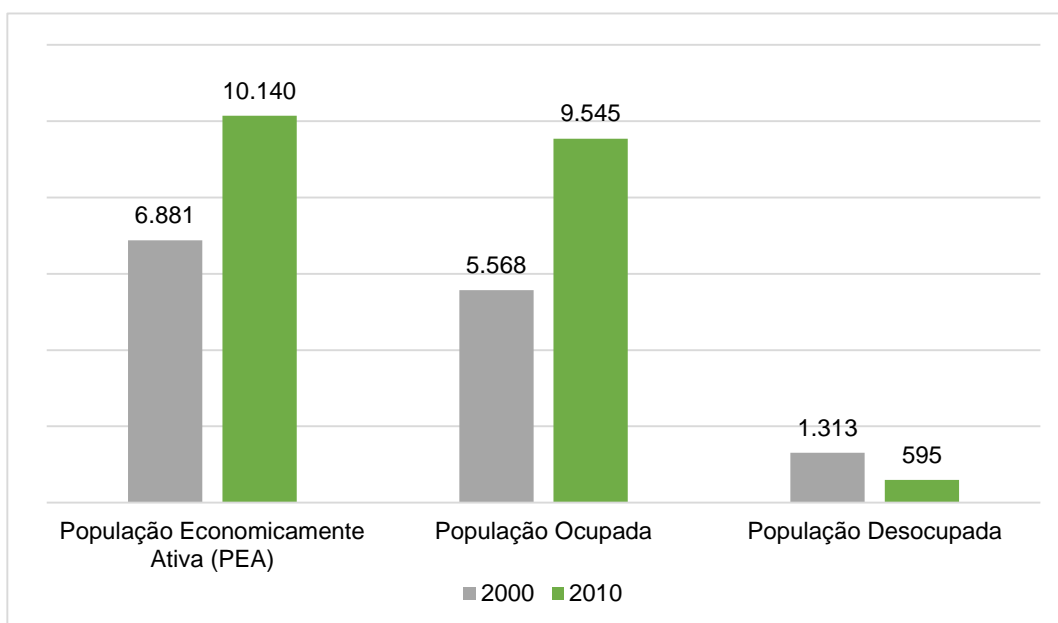
FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

O crescimento do setor de Comércio no município deveu-se diretamente ao aumento em grande escala dos estabelecimentos de Comércio Varejista, que passaram de 101 em 1999 para 298 em 2011. No mesmo ritmo observa-se o crescimento dos estabelecimentos do setor de Serviços, com uma atenção especial para o aumento das Administradoras de Imóveis e Valores Mobiliários e dos estabelecimentos de Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão. Estes eram 88 estabelecimentos em 1999 e 196 em 2011, um aumento de 123% (IPARDES, 2014).

Os dados apresentados apontam que o número de indústrias no decorrer dos anos não sofreu grande alteração. Apesar de que é possível verificar um

decréscimo no número de Indústrias de Transformação entre 2000 e 2005, com o número de estabelecimentos de 1999 (25) só sendo retomado em 2006 (24). A partir desse ano verifica-se que o número máximo não passou de 30 estabelecimentos até 2011. Dentro deste setor industrial (Indústrias de Transformação) é interessante verificar o crescimento em número de estabelecimentos das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas, que apresentavam em 1999 dois estabelecimentos, passando para 5 em 2004 e 10 estabelecimentos em 2005. Isto coincide com o repentino aumento no VAB da Indústria de Pontal do Paraná verificado nestes mesmo anos (tabela 2). Também observa-se que o número de Indústrias de Produtos Alimentícios e Bebidas sempre representou uma grande proporção no número de estabelecimentos da Indústria de Transformação no município (IPARDES, 2014).

No período, entre 1999 e 2010, dados dos censos nacionais realizados apontam que a população economicamente ativa (PEA¹⁴) do município em 2010 era de 10.140 pessoas, um aumento de 47,36% em comparação com o ano 2000 (IPARDES, 2014). Destes, 94,13% apresentavam alguma ocupação profissional em 2010. A população ocupada de Pontal do Paraná era de 9.545 pessoas, um aumento de 71,43% em comparação com 2000 (IPARDES, 2014). Isso evidencia uma redução na proporção de pessoas desocupadas entre os dois anos (gráfico 6).



¹⁴ População em idade ativa que estavam desenvolvendo alguma atividade de forma contínua e regular ou, por não estarem ocupadas, se encontravam procurando trabalho no período de referência, tendo, para isto, tomado medidas concretas de procura. Inclui-se ainda o exercício do trabalho precário. Em resumo, é a conjunção de ocupados e desempregados (IPARDES, 2014).

GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DO TRABALHO EM PONTAL DO PARANÁ

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

A educação da população ocupada também apresentou melhora. Em 2000 42,47% das pessoas ocupadas maiores de 18 anos apresentavam ensino fundamental completo. Esse percentual chegou a 60,37% em 2011. A evolução se manteve no número de pessoas maiores de 18 anos com ensino médio completo. Em 2010 o percentual atingiu 39,49% dessa população ocupada, ante 21,57% em 2010. Em um horizonte de tempo um pouco maior, entre 1991 e 2010, é possível observar significativas melhoras na educação de toda a população. A expectativa de anos de estudo em 1991 era de 8,49 anos, com um aumento para 9,82 anos em 2000, e finalmente 10,64 anos em 2010. Essa expectativa supera o apresentado por todo o estado e pelo país, que em 2010 possuíam uma expectativa de 10,43 e 9,54 anos de estudo, respectivamente. A melhora nos índices de estudo reflete diretamente no número de analfabetos, que evolui de 12,24% de pessoas analfabetas maiores de 18 anos em 1991, para 5,12% em 2010. Este índice é muito considerável se tomarmos como base o país e o estado, que apresentaram um percentual de 10,19% e 6,69%, respectivamente (ATLAS BRASIL, 2014).

O crescimento no número da população ocupada de Pontal do Paraná foi acompanhado pelo aumento da renda das famílias. O município apresentou em 2010 uma renda *per capita*¹⁵ de R\$ 782,87, 44% maior que a renda per capita do Censo apurado em 2000, a qual era de R\$ 542,13. Um horizonte um pouco maior aponta para uma renda *per capita* de R\$ R\$ 276,77 em 1991. Essa evolução não foi acompanhada por uma evolução na desigualdade de renda no município. O Índice de Gini¹⁶ se manteve praticamente estável (gráfico 7). Apresentou índice de 0,49 em 1991, de 0,54 em 2000 e de 0,51 em 2010. Porém, são índices que refletem uma desigualdade menor comparado ao estado do Paraná e ao Brasil. Em 2010 o Paraná apresentou uma desigualdade que atingiu o índice de 0,53, enquanto que no Brasil este era de 0,60 (ATLAS BRASIL, 2014).

¹⁵ Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores apresentados em reais de 2010 (ATLAS BRASIL, 2014).

¹⁶ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Varia de 0 a 1, sendo 0 uma situação de nenhuma desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), e 1 quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda)

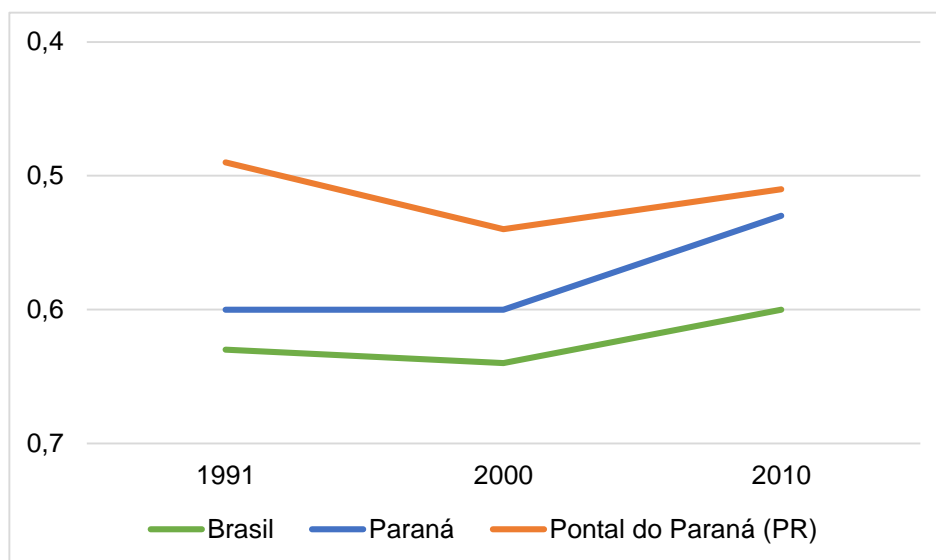


GRÁFICO 7 – ÍNDICE DE GINI DO MUNICÍPIO EM COMPARAÇÃO COM BRASIL E PARANÁ

FONTE: Preparado com base em ATLAS BRASIL (2014).

No período observado o município apresentou uma evolução em diversas esferas sociais e econômicas. Estas evoluções podem ser visualizadas através da melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)¹⁷ (gráfico 8), o qual é calculado com base nos índices de educação, renda e longevidade da população. O ano de 2010 foi no qual se verificou o melhor IDH-M entre os demais anos censitários verificados (1991 e 2000), com o valor de 0,738. Este índice é considerado de alto desenvolvimento (IPARDES, 2014), e evidencia o desenvolvimento de Pontal do Paraná se comparado com as medições anteriores (0,409 em 1991 e 0,622 no ano de 2000). Tanto os valores, quanto o crescimento, do IDH municipal acompanhou a melhoria dos índices de desenvolvimento humano do país e do estado. Em 2010 o Brasil apresentou um IDH de 0,727, enquanto que o no Paraná se verificou um índice de 0,749 (ATLAS BRASIL, 2014).

¹⁷ O IDH-M varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas: (a) 0,000 a 0,499 - muito baixo; (b) 0,500 a 0,599 - baixo; (c) 0,600 a 0,699 - médio; (d) 0,700 a 0,799 - alto; e (e) 0,800 e mais - muito alto (IPARDES, 2014).

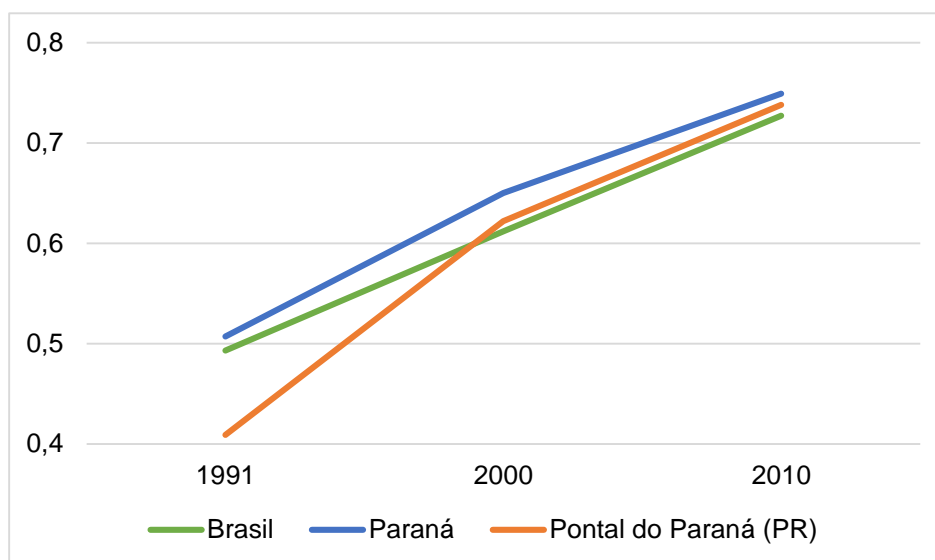


GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO IDH DO MUNICÍPIO EM COMPARAÇÃO COM BRASIL E PARANÁ

FONTE: Preparado com base em ATLAS BRASIL (2014).

Percebe-se que vários indicadores socioeconômicos apresentam uma trajetória ascendente, que pode ter contribuído para aumentar o grau de desenvolvimento. Porém, faz-se necessário a análise mais aprofundada desse desenvolvimento. Isso é possível através da definição dos elementos que são fatores relevantes para o desenvolvimento do município. Estes são analisados na seção que segue.

4 ANÁLISE DOS ELEMENTOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO DE PONTAL DO PARANÁ

A avaliação dos dados apresentados na seção anterior permite ter um panorama geral do desenvolvimento de Pontal do Paraná. Com o panorama é possível identificar alguns elementos que podem auxiliar na avaliação se houve ou não uma melhoria no desenvolvimento econômico e social do município. Além disso, essa análise pode subsidiar na identificação dos elementos que contribuíram para a dinâmica socioeconômica do município.

4.1 FATORES EXÓGENOS

Dentre as teorias analisadas, as que tratam do desenvolvimento econômico regional a partir de elementos exógenos são: a Teoria da Base Econômica Regional (Schickler, 1971; Polèse, 1998) e o Modelo de Solow (1958). Enquanto a primeira se baseia no crescimento com base nas atividades exportadoras da região, o segundo analisa o crescimento econômico através do produto, do investimento, do emprego e do progresso tecnológico.

Considerando os elementos analisados pela Teoria da Base Econômica Regional (Schickler, 1971; Polèse, 1998), de início já é possível relacionar o setor de serviços como o setor básico no município. Isto porque é o setor mais representativo no PIB do município, apresentando valores adicionados brutos em torno de 80% do total produzido pelo município. Também é neste setor que se concentra a maior parte dos empregos e dos estabelecimentos. Porém esses dados isolados não demonstram que o setor é o responsável pela maior parte da atividade exportadora do município, princípio o qual a Teoria da Base Econômica Regional defende para o crescimento de uma região. Indiretamente é possível chegar a esta conclusão quando se verifica o fluxo de turistas para o litoral paranaense, bem como o aumento da renda per capita destes durante os anos.

Conforme Governo do Estado do Paraná (2008), o turista que vai ao litoral paranaense é, em sua maioria, proveniente da capital do estado, seguido de outras regiões do estado. Logo, o grande impacto no turismo da região litorânea tem

origem no próprio estado. Quando verifica-se o fluxo de turistas (tabela 1), é possível observar que o fluxo não variou muito entre os anos, porém a renda destes turistas sim. Conforme dados de renda média domiciliar *per capita* a preços de 2010 (IPARDES, 2014), observa-se que no estado do Paraná uma pessoa assalariada recebia em média de R\$ 340,39 em 1991. Em 2000, o rendimento subiu para R\$ 633,82, e atingiu R\$ 870,59 em 2010. Sendo o turismo integrante do setor de serviços, obviamente este aumento na renda dos turistas impactará diretamente a região visitada. O turismo inclusive é atividade a ser incentivada, conforme pode ser verificado na lei orgânica do município de Pontal do Paraná (2014).

Para comprovar esse impacto na economia do município aponta-se o aumento no número de estabelecimentos relacionados ao turismo. Entre 2006 e 2013 houve um crescimento de 60,49% de estabelecimentos no município, atingindo 130 estabelecimentos deste tipo em 2013. Além disso, houve um acréscimo de 80,25% no número de empregos relacionados ao turismo no mesmo período (IPARDES, 2014). Outro fato a ser observado é o número de domicílios particulares ocupados de uso ocasional apurados em 2010. Estes representavam quase que 2,5 vezes o número de domicílios da população residente do município, o que reforça a importância do turismo para Pontal do Paraná. Um panorama mais amplo mostra os impactos indiretos do turismo. Conforme dados levantados entre 1999 e 2011, é possível observar um incremento de 171% no número de estabelecimentos nas áreas de Comércio e Serviços, que somaram 537 estabelecimentos. Neste mesmo período o número de empregos nessas áreas saiu de 729 para 2.762, um aumento de 278%, representando 85,19% de todo o emprego gerado no município (IPARDES, 2014).

TABELA 4 – TURISMO EM COMPARAÇÃO COM OS MACRO-SETORES: 2006-2013

	Estabelecimento			Empregos		
	Turismo	Comércio	Serviços	Turismo	Comércio	Serviços
Anos						
2006	81	231	173	238	568	1.149
2007	77	245	170	221	555	1.226
2008	95	255	189	273	791	1.338
2009	111	241	212	339	855	1.495
2010	114	300	223	482	1.126	1.680
2011	110	307	230	361	1.155	1.607
2012	110	316	229	380	1.284	1.615
2013	130	361	259	429	1.279	1.875

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

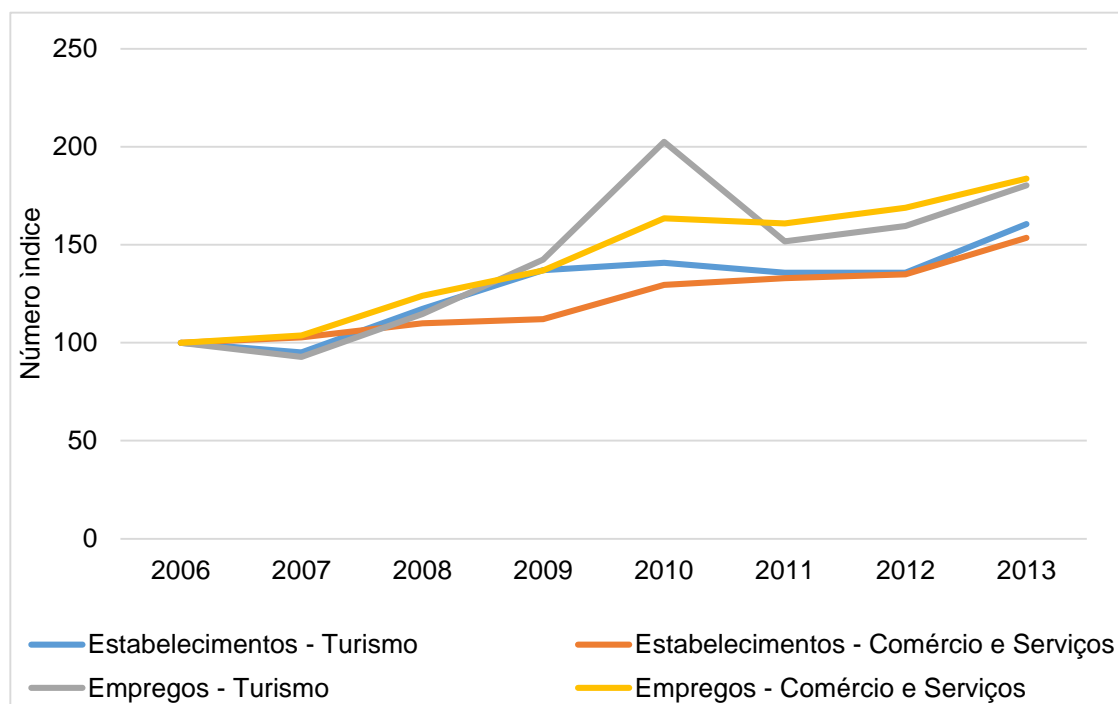


GRÁFICO 9 – CRESCIMENTO DO TURISMO EM COMPARAÇÃO COM MACRO SETORES

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

No gráfico 9 é possível observar a relação que o turismo possui com os setores relacionados e nos quais está inserido. Tanto os setores de comércio, quanto de serviços apresentaram taxas de crescimento de emprego e de número de estabelecimentos muito próximos ao apresentado pelo turismo. Vale ainda destacar o fato de que as atividades relacionadas ao turismo apresentam uma sazonalidade, com grande parte de sua dinâmica apresentando maiores movimentações durante a temporada de verão (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2014).

O Modelo de Solow (1958) aborda o crescimento econômico com foco na acumulação de capital, no crescimento populacional e no nível de tecnologia, sendo este considerado exógeno. Apesar de o modelo estudar o crescimento econômico de um país, este serve como uma forma de análise do crescimento regional. Já foi verificado que houve um aumento no crescimento do produto interno bruto do município, porém é necessária uma análise mais aprofundada de como ocorreu esse crescimento do produto.

Com base na estimativa da população¹⁸ (IPARDES, 2014), em conjunto com os dados do Censo do IBGE de 2000 e 2010 (IPARDES, 2014), entre 1999 e 2011, verifica-se que, apesar do PIB de Pontal do Paraná ter apresentado crescimento, houve um decréscimo no mesmo período de seu PIB *per capita*. Em 1999 o PIB *per capita* apurado foi de R\$ 13.606,00 ante R\$ 10.948,66 em 2011, uma redução de 19,53%. Já a mesma apuração feita para o estado do Paraná, apontou um aumento no PIB *per capita* no mesmo período, saltando de R\$ 17.186,22 em 1999 para R\$ 22.769,98 em 2011.

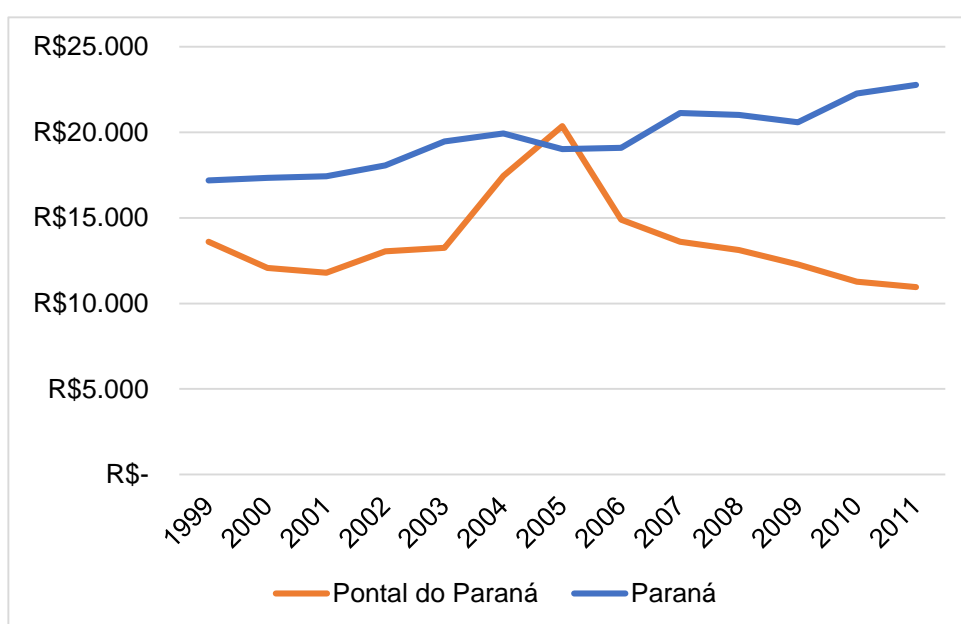


GRÁFICO 10 – PIB *PER CAPITA* MUNICIPAL E ESTADUAL, EM REAIS DE 2011: 1999-2011.

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

Essa tendência na diminuição no PIB *per capita* do município (apesar do crescimento em 2004 e 2005, que possuem outros motivos tratados na próxima seção), em consonância com um crescimento do PIB global, possui como resposta dois fatores: a) um aumento maior da população total residente do que de sua população economicamente ativa; b) o rendimento médio de sua população economicamente ativa apresentou crescimento constante no período. Desta forma, convém avaliar esses dois fatores com mais cautela.

¹⁸ Verificados os dados de população estimada do IBGE (2008-2009, 2011) e IPARDES (1999, 2001-2006), em conjunto com a contagem de população no ano de 2007.

A população economicamente ativa (PEA) do município pode ser analisada em conjunto com o aumento populacional total. A taxa de crescimento populacional no período observado apresentou uma expansão muito maior no município do que no estado. O crescimento da população residente do município partiu de 12.754 em 1999 para 21.427 em 2011, o que representa um aumento de 68%, enquanto que a população residente em todo o estado era de 9.388.540 em 1999, chegando a 10.512.349 em 2011, isto é, um aumento de 12% no período (IPARDES, 2014). Já PEA de Pontal do Paraná partiu de 6.881 em 2000 para 10.140 em 2010, representando em todo esse período um percentual em torno de 48% da população total. Enquanto isso, a PEA do estado apresentou um aumento em sua participação, partindo de 48% em 2000 para 53% em 2010.

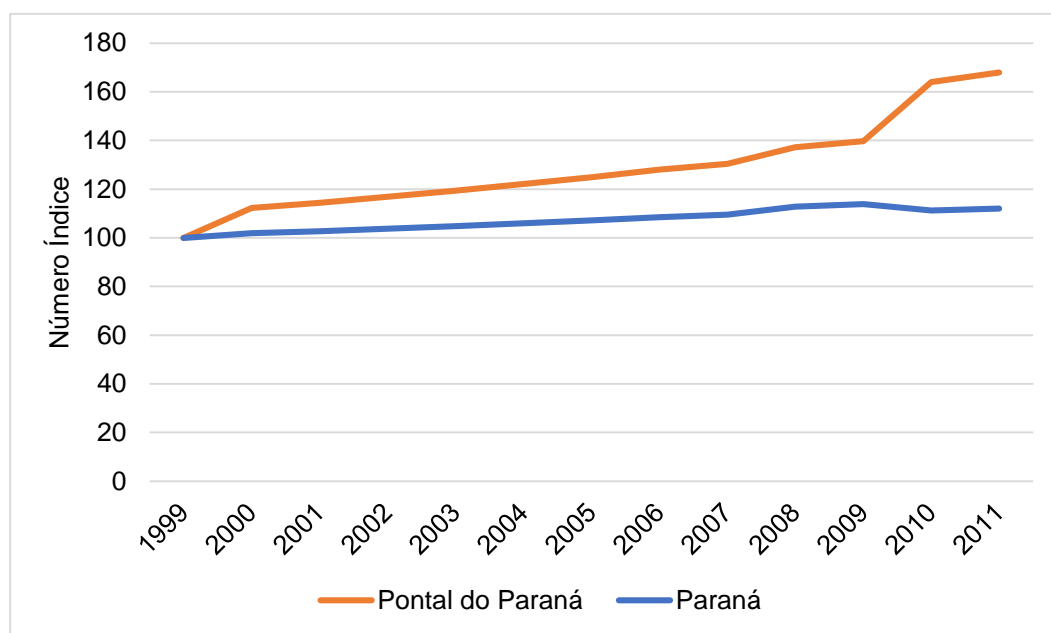


GRÁFICO 11 – CRESCIMENTO POPULACIONAL: 1999-2011.

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

Para estabelecer qual o impacto gerado pela taxa de crescimento populacional, e também pelo aumento na força de trabalho (medido pela PEA), no PIB do município, é necessário verificar o nível de produtividade durante o período. Para isso é possível analisar como a renda média da força de trabalho¹⁹ evoluiu (IPARDES, 2014). Em 1999 a renda média da população ocupada era de o

¹⁹ Medido através do Rendimento Médio (RAIS) - resultado da massa salarial dividida pelo número de empregos (IPARDES, 2014). Valores deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de dez/2011 (IPEADATA, 2014).

equivalente a R\$ 948,70. No ano de 2011 a renda média atingiu R\$ 1.297,88, um aumento de 36,81%. No estado, nesse mesmo período, a renda média do trabalhador cresceu 18,97%, partindo do equivalente a R\$ 1.329,79 em 1999 para R\$ 1.582,05 em 2011. Isso quer dizer que, apesar do crescimento maior que o estado, a renda média no município nunca atingiu o rendimento médio do estado do Paraná.

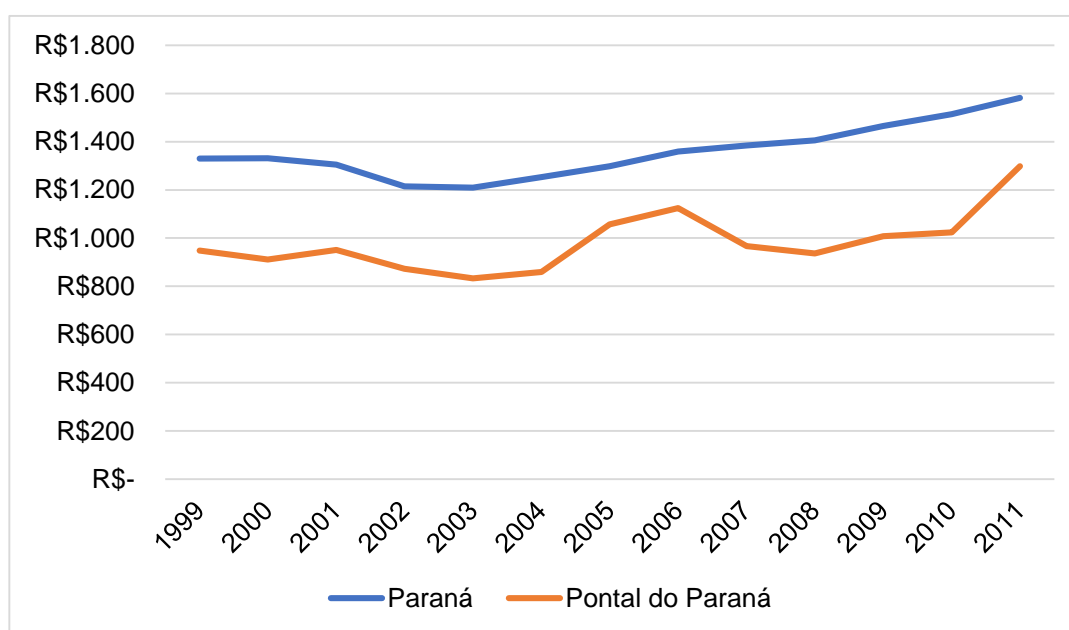


GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DA RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO OCUPADA: 1999-2011.

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

Desta forma, observa-se que a parcela do crescimento do PIB de Pontal do Paraná, em torno de 35% entre 1999 e 2011, foi influenciado pelo aumento na produtividade de sua força de trabalho. O impacto não foi maior, como o observado no PIB do Paraná (que cresceu em torno de 48% no mesmo período), pois a sua PEA manteve-se sempre com a mesma proporção em relação a sua população total, fato que não aconteceu no estado, onde a PEA aumentou a sua participação na população total. Com isso, é possível observar que a evolução da proporção entre capital e trabalho no município aconteceu com uma menor proporção de capital que o verificado no estado, evidenciando assim um nível menor de investimento neste município do que no estado, e assim explicando a tendência à redução quando se verifica o PIB *per capita* do município.

Por fim, o nível de tecnologia, apesar de fazer parte do modelo, não é explicado por este. Porém, sabe-se que o mesmo possui relação positiva com o crescimento econômico, e variações nesta só são aplicadas em um âmbito econômico nacional, não havendo dados que expliquem a variação desta a níveis regionais. Porém, outros fatores relacionados podem ser analisados no que tange o desenvolvimento regional. Esses elementos serão abordados mais profundamente na próxima seção, destacando os fatores endógenos ao desenvolvimento da região.

4.2 FATORES ENDÓGENOS

A seção anterior demonstrou que a atividade mais representativa para a dinâmica da economia do município é o turismo. Desta forma, esta seção busca verificar quais são os elementos endógenos que transformaram essa atividade na principal fonte de renda de Pontal do Paraná. Para isso, é necessário o resgate dos principais fundamentos das teorias com viés endógeno de crescimento, isto é, que consideram elementos que possuem relação com decisões internas à própria região.

Conforme lei que dispõe sobre a Política de Turismo do Paraná (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008), o Turismo é a atividade econômica caracterizada pela compra e venda de serviços turísticos efetuados entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa. Além disso, caracteriza as atividades turísticas “aquelas ligadas à hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, recepção turística, eventos, recreação e entretenimento, entre outras utilizadas pelos turistas em seus deslocamentos” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008).

Quando trata-se da “Teoria de Polos de Crescimento” (Perroux, 1955) é necessário a análise da importância da atividade motriz no desenvolvimento regional. Como verificado anteriormente, as atividades de turismo sempre foram muito representativas no município. Para comprovar esta atividade como uma atividade motriz se avalia em que grau o crescimento da mesma se relaciona com as demais atividades no município. Esta análise pode ser feita com base no Valor

Adicionado Fiscal (VAF)²⁰ de cada atividade, a preços de 2011²¹. Já foi verificado que a maior proporção de empregos e de estabelecimentos está nos setores de Comércio e Serviços, setores esses que as atividades de turismo estão inseridas. Também é possível observar que a participação dos mesmos setores se mantêm quando verifica-se dados do VAF (IPARDES, 2014).

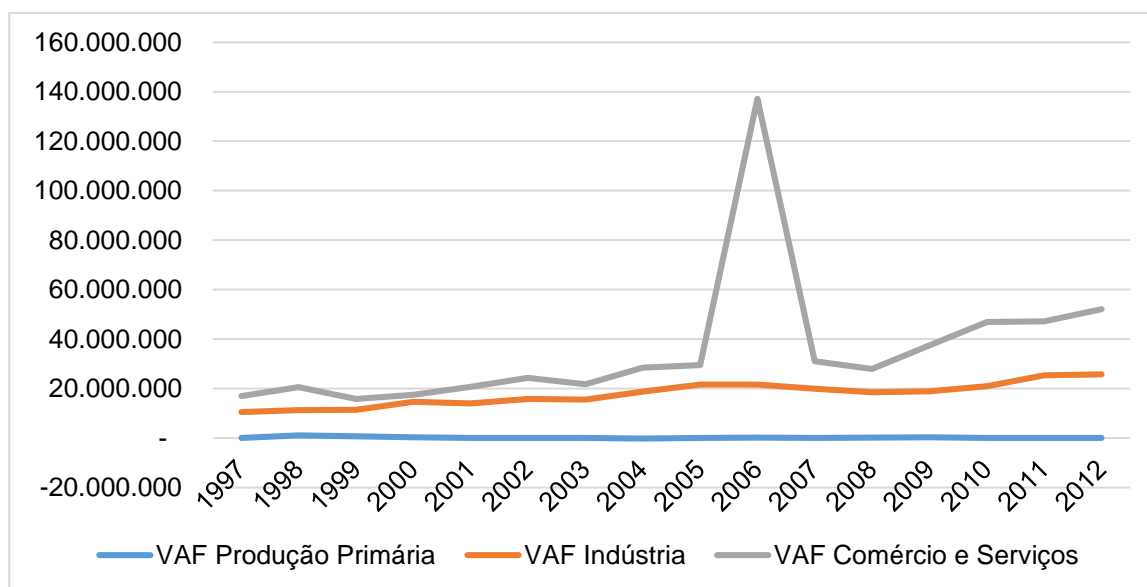


GRÁFICO 12 – VAF (EM REAIS) ANUAL POR SETOR DE PONTAL DO PARANÁ: 1997-2012.

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

Dados um pouco mais recentes, entre 2007 e 2012, possibilitam a observação das variações no VAF do setor de Comércio e Serviços (IPARDES, 2014), de uma forma mais desagregada, através da verificação dos principais subsetores observados no município, possibilitando assim analisar o comportamento das atividades relacionadas ao turismo nesse período. Pode-se verificar que as principais atividades relacionadas ao turismo apresentam um constante crescimento no período (gráfico 13). Além disso, dessas atividades, a que mais possui participação de estabelecimentos que possuem por base a movimentação turística é a de Alojamento e Alimentação, em que estão inseridos hotéis, pousadas, restaurantes e outros estabelecimentos tipicamente de viés turístico. No período o

²⁰ O valor adicionado fiscal (VAF) corresponde à diferença entre o valor das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo ICMS e o valor das entradas de mercadorias e serviços recebidos em uma empresa a cada ano civil (IPARDES, 2014).

²¹ Utilizado INPC (IPEADATA, 2014) para deflacionamento, com base no ano de 2011 para fins de comparação com demais dados já apresentados neste trabalho.

valor adicional fiscal nas atividades de Alojamento e Alimentação tiveram um aumento de 126%, o que está de acordo com o crescimento no número de estabelecimentos e de empregos relacionados diretamente ao turismo observados anteriormente (gráfico 9).

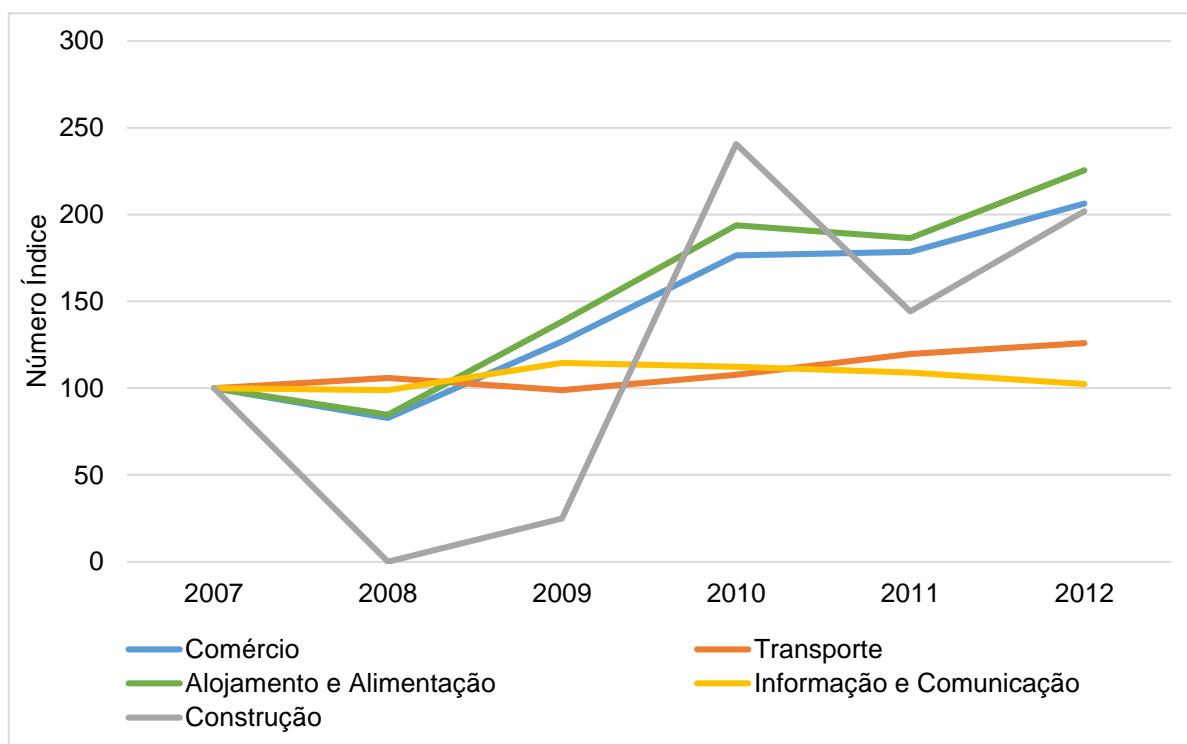


GRÁFICO 13 – VARIAÇÃO DO VAF DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PONTAL DO PARANÁ: 2007-2012.

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

Alguns fatores endógenos ao município podem ser utilizados para justificar essa vocação turística do município. O primeiro diz respeito a sua grande extensão de praias com boa balneabilidade. Outro fator é a sua proximidade com a capital do estado e a ligação facilitada através de rodovias pavimentadas e de grande fluxo. Além disso, outro fator a considerar é a existência do porto de embarque para a Ilha do Mel (a qual pertence ao município de Paranaguá) localizado em Pontal do Sul (balneário na extremidade norte do município), apresentando a travessia mais rápida até a referida ilha em comparação a Paranaguá. (ABALINE, 2014). Esses fatores podem, inclusive, serem relacionados aos “efeitos propulsores” da teoria de Hirschman (1961). Esses podem ser entendidos como indutores ao desenvolvimento do município, e isso já é verificado em diversos elementos já tratados, tais como: aumento no número de estabelecimentos de turismo em conjunto com o setor de

comércio e serviços em taxas maiores que crescimento global, aumento no emprego nestas mesmas atividades em taxas maiores que o aumento geral de empregos, crescimento populacional acima da média do estado, ou ainda, de forma mais abrangente, no aumento do IDH-M do município.

Além dos “efeitos propulsores”, Hirschman (1961) também analisa a interdependência entre os setores gerados através dos “efeitos regressivos”. Atualmente é possível observar este tipo de efeito em Pontal do Paraná, a partir da instalação na década de 1980 do atual Centro de Estudos do Mar (CEM), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e que possui papel importante na geração de empregos e na dinâmica econômica e social no município (PDDI, 2004). Porém, este efeito não é suficiente para a geração de encadeamentos setoriais no município. Apesar de possuir uma grande participação do turismo em sua estrutura econômica, carece que este setor seja mais dinâmico para criar encadeamentos com outros setores do município. Porém, historicamente, já houve uma atividade no município que pode ter gerado “efeitos regressivos” e encadeamentos. Antes de sua instalação como município, durante a década de 1980, se instalou neste um canteiro industrial, composto por três empresas, em que a atividade consistia na construção de plataformas continentais para a exploração de petróleo. Nesse período a atividade chegou a gerar 3.000 empregos diretos, dinamizando a região e estimulando o seu crescimento (PDDI, 2004).

O cessar das atividades de construção de plataformas continentais no final da década de 1980, por fatores exógenos ao município, pode ser comparado ao exemplo dado por Myrdal (1972) para explicar o conceito do “Processo de Causação Circular Cumulativo”. O fim das atividades do canteiro de obras deixou de dinamizar a economia naquele período, cessando os empregos indiretos gerados e as rendas derivadas da atividade. Porém, a comparação se interrompe, devido aos demais fatores endógenos do município (grande extensão de praias, acesso à Ilha do Mel, ligação por rodovia pavimentada e de bom fluxo, proximidade com a capital do estado) o desenvolvimento do município continuou ocorrendo, até culminar na emancipação do município no final de 1995 (ROCHA, 1997).

Na observação dos dados de empregos da RAIS (IPARDES, 2014), entre 2006 e 2013, para atividades estritamente ligadas ao turismo, é possível observar um padrão interessante, que inclusive remete à “Teoria da Base de Exportação” de North (1955). A participação do número de empregos relacionados ao turismo

apresenta um percentual de participação no número total de empregos gerados no município é muito maior que o apresentado em todo o estado (gráfico 14). Essa situação era o que North (1955) definia como atividade da base de exportação da região.

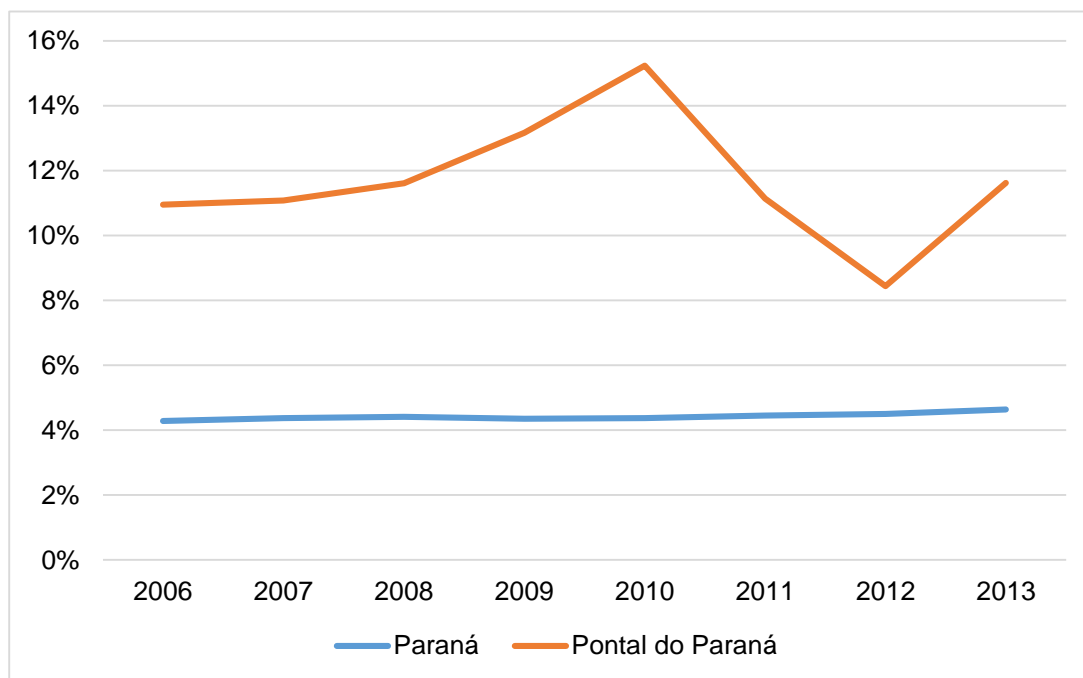


GRÁFICO 14 – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGOS DO TURISMO NOS EMPREGOS TOTAIS, NO MUNICÍPIO E NO ESTADO: 2006-2013

FONTE: Preparado com base em IPARDES (2014).

Desta forma, percebe-se a importância do turismo para Pontal do Paraná também através do número de empregos gerados. Apesar de apontar uma redução na participação em 2011 e 2012, a participação nos empregos totais gerados sempre esteve muito acima do observado no Paraná. Em Pontal do Paraná o percentual apresentou grande elevação até 2010, quando essa participação dos empregos do turismo chegou a 15,23% do total gerado pelo município. Apresentou uma diminuição entre 2011 e 2012, chegando ao mínimo de 8,44%, e mesmo assim sendo praticamente o dobro do observado no estado (no qual a participação era de 4,5%). Porém, em 2013, a participação voltou a subir, chegando a 11,62% (IPARDES, 2014). Essa variação na geração de empregos na área de turismo pode ser explicada pela alta sazonalidade apresentada pelo mesmo, o que pode ser observado através da variação do fluxo de turistas para o litoral paranaense (tabela

1), o qual não apresenta uma tendência positiva ou negativa, mas sim possui variações flutuantes entre os anos.

A importância do turismo fica evidente com a apresentação destes dados referentes aos elementos endógenos do desenvolvimento de Pontal do Paraná. Inclusive essa importância é verificada na própria lei orgânica do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2014). Nesta o município coloca o turismo como fator necessário para o seu desenvolvimento econômico e social, e desta forma coloca como obrigação do mesmo incentivar este setor. Apesar de possuir outros setores que, durante sua história, foram capazes de promover seu desenvolvimento, o turismo apresenta características endógenas ao município que podem estimular seu desenvolvimento econômico e social. Além disso, recentes informações trazem a reabertura do canteiro de obras para construção naval (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, 2014), o que, apesar de ainda não ser possível a verificação em dados, é um setor que pode garantir, em conjunto com um setor de turismo mais dinâmico, o desenvolvimento sustentável de Pontal do Paraná.

CONCLUSÃO

Ao compreender as principais linhas de pensamento sobre o desenvolvimento regional, que foram divididas em fatores endógenos (elementos e decisões internas) e exógenos (relacionados a decisões externas), verificou-se que Pontal do Paraná apresenta uma considerável evolução desde sua emancipação como município.

Apesar de Pontal do Paraná ser relativamente novo, pode-se considerar como seu primeiro marco de desenvolvimento a conclusão da Rodovia PR 407 (Rodovia das Praias), em meado de 1950, que passou a ligar a Rodovia BR 277 à Praia de Leste, aumentando assim a ocupação do território da região. Sua ocupação foi bastante incrementada durante os anos 1980, com a instalação no município de empresas ligadas a construção naval, que empregaram 3.000 pessoas, as quais vieram de diversas regiões do Paraná (PDDI, 2004). Este pode ser entendido como um segundo marco no desenvolvimento de Pontal do Paraná. Apesar de ter durado até final de 1980, com a retirada da atividade do município, foi um importante fator indutor de seu desenvolvimento, gerando “efeitos regressivos” com a dinamização de outros setores do município.

Contudo, com o final da atividade de construção naval, o município não cessou seu desenvolvimento. Mesmo que em um crescimento menor que o do estado do Paraná, seu PIB continuou apresentando aumentos que acompanhavam o PIB estadual. Isto pode ser explicado por elementos que estão intrínsecos ao município. Fatores endógenos, tais como grande extensão de praias com boa balneabilidade, acesso para a Ilha do Mel, ligação por rodovia pavimentada e com grande fluxo, além da distância relativamente pequena com Curitiba, capital do estado, fizeram com que o turismo passasse a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento de Pontal do Paraná.

Se observado a partir de 1991, é verificado um grande aumento populacional no município. Sua população residente, que era de 5.577 pessoas, passou para 20.920 em 2010, um aumento de 275% (IPARDES, 2014). Porém, esse número tem um grande incremento durante a temporada de verão. Aproximadamente 2,5 milhões de pessoas visitam o litoral do Paraná todo ano (SETU, 2013). No município, conforme último Censo, o número de domicílios residenciais que existem para uso

ocasional chega a ser 2,5 vezes maior que o número da população residente. É possível ver assim a dimensão da população flutuante do município, a qual é caracterizada por grande sazonalidade, com fluxo concentrado no período de veraneio, e que, em conjunto, traz uma grande dinamização para as atividades ligadas ao turismo.

Para caracterizar a importância do turismo no município é possível observar que número de empregos e de estabelecimentos cresceu na mesma proporção que o crescimento observado de Comércio e Serviços. Em 2011, todo o setor de Comércio e Serviços representava 85,19% de todo o emprego que o município gerou, e só o turismo chegou a representar em torno de 15% de todo o emprego gerado (IPARDES, 2014). Esta proporção de empregos é muito maior que a proporção apresentada pelo estado, o que caracteriza as atividades de turismo como base da economia do município de Pontal do Paraná.

Apesar do turismo constar como atividade prioritária para incentivo na lei orgânica do município, o que demonstra sua importância, o setor ainda carece de maior atenção. Isto porque, apesar de Pontal do Paraná apresentar um considerável desenvolvimento desde início de 1990, ainda apresentou um nível de desenvolvimento econômico menor que o do estado do Paraná. É possível observar uma redução do PIB *per capita* no município, enquanto que existe um aumento no PIB *per capita* do Paraná. Isso é explicado pelo fato da população economicamente ativa do município ter se mantido constante ante um aumento na proporção desta no estado, aliado ao fato da renda média de sua população ocupada ter aumentado em menor grau que o apresentado em todo estado. Isso demonstra que, apesar do crescimento do PIB municipal, este se desenvolve com uma produtividade menor que o apresentado pelo estado.

Entretando, apesar do rendimento médio menor que o do estado, Pontal do Paraná apresentou bom índice de desenvolvimento humano na educação e na saúde, o que gerou uma grande melhora no IDH-M do município. Enquanto que, antes de sua emancipação o índice era de 0,409 (em 1991), passou para 0,738 em 2010, valores muito próximos ao apresentado pelo estado do Paraná, demonstrando assim o avanço apresentado pelo município.

Essas melhoras evidenciam a evolução do município, porém, também demonstram a necessidade de uma continuidade dos índices de desenvolvimento social, aliado com melhores políticas públicas que façam com que o turismo tenha

uma melhor contribuição para o município. Todavia, não se deve esquecer dos demais setores (como a recente reabertura do canteiro de construção naval), que em conjunto com a atividade turística, podem dinamizar a estrutura econômica do município e litoral como um todo. Ainda, outro fator de destaque, e que necessita de mais pesquisas sobre o tema, relaciona-se com a pesca. Apesar de ser um município litorâneo, esta não apresenta a relevância que é até mesmo mencionada pela própria prefeitura em seu *site* oficial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Telma Andrade. **Produção teórica em economia regional: das formulações clássicas aos modelos endógenos de desenvolvimento**. 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/anais-2013/a04.pdf>. Acesso em: 09/10/2014.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (ATLAS BRASIL). Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 24/10/2014.

Base de Dados do Estado IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 21/10/2014.

Caderno Estatístico Município de Pontal do Paraná. IPARDES, 2013. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83255&btOk=ok>>. Acesso em: 20/10/2014.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização**. 2001. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201115360781_Producao_Teorica_.pdf>. Acesso em: 20/08/2014.

CLIMATOLOGIA Pontal do Paraná. Disponível em: <<http://www.climatempo.com.br/climatologia/3426/pontaldoparana>>. Acesso em 22/10/2014.

DINIZ, Clélio C. (Org.); CROCCO, Marco (Org.). **Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2006.

ESTADES, Naína Pierri. **O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social**. Editora UFPR: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 8, p. 25-41, jul/dez. 2003.

ESTEVES, Cláudio J. O. Ocupação do Litoral Paranaense. In: SCORTEGAGNA, Adalberto. REZENDE, Cláudio J. TRICHES, Rita I. (orgs.). **Paraná espaço e memória: Diversos olhares históricos e geográficos**. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005, p. 56-81.

FIGUEIREDO, Lízia de. **As novas teorias do crescimento econômico: contribuição para a política regional**. In: DINIZ, Clélio C. (Org.); CROCCO, Marco (Org.). **Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2006. p. 123-142.

FILHO, Jair do Amaral. **Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista**. 1995. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/129/131>>. Acesso em: 02/10/2014.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria do Estado de Turismo. **Estudo da demanda turística litoral-PR 2000-2006**. Curitiba, 2008. Disponível em:

<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas_2012/Litoral_2000_2006.pdf>
 . Acesso em: 25/10/2014.

HIRSCHMAN, Albert O. **A Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. 1ª ed.
 Editora Fundo de Cultura S.A. Rio de Janeiro, 1961.

ILHA do Mel. Disponível em: <<http://www.abaline.com.br/?pg=noticia&id=2>>. Acesso em: 30/10/2014.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).
 Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: 19/10/2014.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. UFMG/Cedeplar. Belo Horizonte, 2009.

MONTEIRO, Ricardo R. **A organização espacial no litoral paranaense**. 27 f.
 Monografia de conclusão (pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
 Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/AUP840/6t-alun/2013/m3/13r-monteiro-litoral-parana.pdf>. Acesso em: 21/10/2014.

MONTEIRO, R. R. **Regulamentação urbana em revisão no Litoral do Paraná**. In: XV Enanpur 2013 - Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Recife, 2013.

MOURA, Rosa. WERNECK, Débora Z. **Ocupação Contínua Litorânea do Paraná: uma leitura do espaço**. Editora UFPR: Revista paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 99, p. 61-82, jul./dez. 2000.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 3ª ed.
 Editora Saga. Rio de Janeiro, 1972.

NORTH, Douglas C. **Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional**. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional: textos escolhidos**. Cedeplar, 1977. p. 291-313.

PARANÁ. Lei n. 15.973, de 13 de novembro de 2008. **Política de Turismo do Paraná**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=864>>. Acesso em: 12/11/2014.

Paraná - estudo estatístico 20 anos de turismo. Curitiba, 2014. Sebrae e Paraná Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_Estudo_Estatistico_20_anos_Turismo__1.pdf>. Acesso em: 04/11/2014.

PERFIL de Pontal do Paraná. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/pontal-do-parana_pr>. Acesso em: 25/10/2014.

Perfil do município de Pontal do Paraná. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/23GN0>>. Acesso em: 29/10/2014.

PERROUX, François. **O Conceito de Polo de Crescimento**. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional: textos escolhidos**. Cedeplar, 1977. p. 145-156.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE PONTAL DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.colit.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11>>. Acesso em: 28/10/2014.

POLÈSE, Mario. **Economia Urbana e Regional: Lógica espacial das transformações econômicas**. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Coimbra, 1998.

PONTAL DO PARANÁ. Lei Complementar n. 001, de 03 de agosto de 2007. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná**. Disponível em: <<http://www.pontaldoparana.pr.gov.br/pdf/001%20-%20Lei%20do%20Plano%20Diretor.pdf>>. Acesso em: 28/10/2014.

PONTAL DO PARANÁ. **O Município de Pontal do Paraná**. Disponível em: <<http://www.pontaldoparana.pr.gov.br/pontal.php>>. Acesso em: 20/10/2014.

PONTAL DO PARANÁ. Resolução n. 014, de 19 de dezembro de 1997. **Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná**. Disponível em: <<http://www.pontaldoparana.pr.gov.br/pdf/lei%20organica%20do%20municipio.pdf>>. Acesso em: 23/10/2014.

Relatório de Cálculo de Área dos Municípios do Paraná. ITCG. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Divisas_Municipais/RELATORIO_DE_CALCULO_DE AREA DOS MUNICIPIOS DO PARANA2014.pdf>. Acesso em: 23/10/2014.

ROCHA, Oswaldo Abud. **Subsídios para a história de Pontal do Paraná**. 1ª Edição. Gráfica e Editora Núcleo Ltda., 1997.

SCHICKLER, Samuel. **A Teoria da Base Econômica Regional**. 73 f. Tese (Mestrado em Economia) – Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas. Belo Horizonte, 1971. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7940/000001696.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22/9/2014.

SCHWARTZMAN, J. **Economia regional: textos escolhidos**. Cedeplar, 1977.

SILVA, Mário Rui et al. **Capítulo 4 – Modelos de crescimento regional. Seção 4.1 O modelo neoclássico**. In: COSTA, José Silva (Org). **Compêndio de Economia Regional**. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Coimbra, 2002. p. 159-234.

SILVA, Sandra Sofia Brito da. **Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios**. 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/379>>. Acesso em: 20/08/2014.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. 9ª Edição. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WORLD MAPS OF KÖPPEN-GEIGER CLIMATE CLASSIFICATION. Disponível em: <<http://koeppen-geiger.vu-wien.ac.at/>>. Acesso em: 01/11/2014.